

**PROPOSTA PARA A 49ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPAR, A SER
REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2013, AS 14:00 HORAS**

ITEM 10. Comentários dos diretores

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Ao longo de 50 anos de existência, a Sanepar soube se renovar para manter-se como referência nos segmentos em que atua, e pronta para enfrentar os desafios de crescer de maneira sustentável econômica, social e ambiental. As ações tomadas no curso de 2012, muitas delas consequência das iniciadas no ano anterior, reforçam o compromisso de manter a excelência dos serviços oferecidos a população, ao mesmo tempo em que a empresa busca a universalização do saneamento ambiental no Paraná.

Em 2012, foram estabelecidos Contratos de Gestão entre o diretor-presidente da Sanepar e as diretorias, e dessas com as unidades da empresa. Nesse contrato, foram dimensionados indicadores de desempenho das áreas institucional, transversal e setorial da Companhia, com o objetivo de avaliar a evolução de cada área da empresa. Os resultados de cada avaliação estão disponíveis para todos os empregados através da intranet da empresa, para que cada um saiba como pode contribuir mais para o progresso da Companhia. Adicionalmente, foram estabelecidas novas metodologias de avaliação de desempenho, para que na mesma fossem avaliados, além do desempenho comportamental, o desempenho de entregas.

Muitos dos resultados obtidos nos exercícios podem ser creditados à implementação da cultura de planejamento adotada pela empresa.

Com um Plano Plurianual de Investimentos (2012-2014), a Sanepar se qualificou a antecipar às demandas da sociedade e garantir agilidade e objetividade no planejamento de seus investimentos, refletindo em períodos mais reduzidos na implantação de obras e ampliação dos benefícios à população.

Prova disso é que em 2012 a empresa registrou um significativo aumento no volume de recursos destinados à ampliação e renovação de suas redes de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Foram investidos R\$ 476,3 milhões em obras de médio e grande porte em todo o Paraná e ainda em Porto União, município atendido em Santa Catarina. No campo operacional, a Sanepar bateu seu recorde ao instalar mais de 105 mil ligações de esgoto ao longo do ano. O acréscimo da rede coletora de esgoto foi de

aproximadamente 1,5 milhão de metros, 163 mil metros a mais do que o executado em 2011. A ampliação da rede de distribuição de água foi de aproximadamente 1,0 milhão de metros e de 90 mil ligações de água.

Tal volume de investimentos tornou-se possível com a elaboração e manutenção de um acervo de projetos constantemente atualizado, que facilitaram em muito o acesso a linhas de financiamento junto a organismos federais e internacionais. Em consonância com a política de desenvolvimento traçada pelo Governo do Estado, acionista majoritário da empresa, esses investimentos se refletiram na geração de empregos e renda e, por consequência, na melhoria da qualidade de vida da população. O volume de investimentos permitiu a criação de 15,5 mil empregos diretos e 77,5 mil empregos indiretos em todo o Estado. No total, o programa de obras da Sanepar atendeu 228 municípios em 2012.

A recuperação da capacidade de investimentos, iniciada em 2011, permite que a empresa possa continuar investindo fortemente na ampliação da rede de esgotamento sanitário e na modernização e ampliação da rede de água. Hoje a Sanepar atende 100% da população de sua área de atuação com água tratada e 62,1% com rede de esgotamento sanitário, índice superior à média nacional, de 53%.

O desempenho alcançado em 2012 também é reflexo da aproximação da Sanepar com as Prefeituras, que resultou em processos mais ágeis na conclusão de contratos de prestação de serviços de água e esgoto com os municípios, alinhados com o Marco Regulatório do Saneamento, definido pela Lei de Saneamento Básico, de 2007.

O crescimento da receita operacional, aliada ao controle de custos e à recuperação de ativos, permitiu à empresa, em 2012, superar em 18,1% o lucro líquido registrado no ano anterior, atingindo R\$ 335,8 milhões. Vital para garantir o crescimento duradouro e sustentável, o panorama econômico da Companhia é reconhecido pelo mercado acionário e pelos investidores de maneira geral. As ações da Sanepar na BM&FBOvespa tiveram lucratividade de 106,45% em 2012. A ação SAPR4, preferencial, foi o 11º papel mais lucrativo no ano. Foi ainda a maior entre as empresas paranaenses listadas na Bolsa.

O investimento em seu maior patrimônio, o corpo técnico e funcional, também foi prioridade em 2012. A implantação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) contempla a valorização do trabalho de cada empregado na construção da Companhia, ao instituir regras claras e indicadores objetivos para o crescimento profissional individual, que também refletem a Visão, Missão, e as metas da empresa. Além das vantagens financeiras para o empregado, a Sanepar busca reter seus talentos,

uma necessidade cada vez maior em um mercado altamente competitivo. Hoje a Sanepar é uma empresa que incentiva a qualificação de seus empregados e atrai novos profissionais, para garantir a excelência do corpo técnico e a qualidade dos serviços prestados no futuro.

A Sanepar ampliou seus canais de comunicação com os clientes. Um novo website, muito mais interativo, foi implantado, assim como a atuação em redes sociais como o Twitter e o Facebook. De forma institucional, a empresa marcou sua presença nas mais importantes exposições e feiras realizadas no estado. Patrocinou em 2012 projetos culturais e esportivos, com um volume de recursos da ordem de R\$ 4,2 milhões.

Também reforçou seu perfil de empresa acessível à população com o lançamento de seu Portal de Transparência, no site da Companhia, onde o cidadão pode consultar uma série de informações, disponível no site www.sanepar.com.br. Anteriormente os dados eram publicados no portal do Governo do Estado.

Entre as informações disponíveis, são apresentadas a composição e atribuições dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva, seus membros e os cargos; a estrutura organizacional; o planejamento estratégico; a previsão e a realização dos investimentos nos sistemas de água e de esgoto, durante o exercício; metas e resultados pactuados nos contratos de gestão; execução financeira; despesas com pessoal; custos de viagens e diárias; contratos celebrados com outras empresas; custos e despesas com materiais de consumo; legislação e as várias possibilidades de contato com a Sanepar, como pelo telefone 115, Ouvidoria e diretamente nas cidades onde a empresa atua.

A estruturação do Portal da Transparência da Sanepar segue as determinações, da lei Estadual n.º 16.595/2010 (Lei da Transparência), da Lei Federal n.º 12.527/2011 (Acesso à Informação) e do Decreto n.º 4531/2012. A atualização das informações é variável: mensal, trimestral ou anual, dependendo da sua característica.

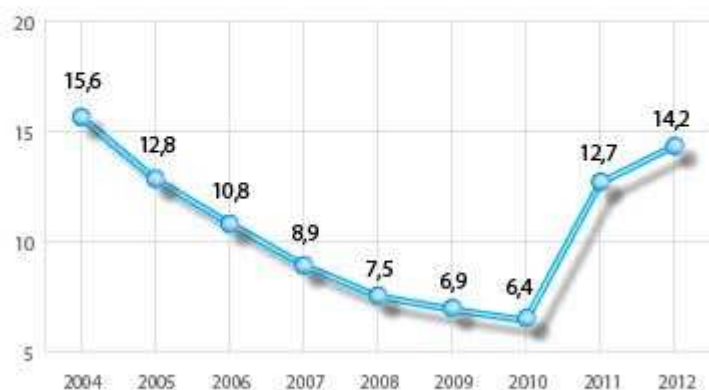
A administração encerra 2012 confiante de que as decisões tomadas garantirão o crescimento sustentável e duradouro da empresa nos próximos anos. A empresa estreitou ainda mais os laços com seus clientes, consumidores finais e o Poder Público, em seus diversos níveis. Trabalhou em conjunto com eles para oferecer serviços de água e esgoto e de gerenciamento de resíduos sólidos de qualidade. A empresa conta com um corpo técnico altamente motivado e capacitado. Sua gestão é reconhecida pela sociedade pela transparência e foco nos objetivos.

A Sanepar chega ao cinquentenário como referência entre as melhores empresas de saneamento do País. E preparada para dar prosseguimento a uma história que orgulha o Paraná e o Brasil.

Endividamento e Rentabilidade

A Sanepar manteve em 2012 a evolução da sua rentabilidade em relação ao patrimônio líquido médio. O resultado final de 2012 foi de 14,2%, superior aos 12,7% registrados no ano anterior, devido ao crescimento do lucro líquido, que passou de R\$ 284,3 milhões em 2011 para R\$ 335,8 milhões.

RENTABILIDADE SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em %)



A Companhia encerrou 2012 com ativos de R\$ 6,2 bilhões, enquanto a dívida total era de R\$ 3,8 bilhões. O Índice de Endividamento sobre o Ativo foi de 60,6%. O Patrimônio Líquido no final de 2012 era de R\$ 2,4 bilhões.

Mercado de Capitais e Remuneração aos Acionistas

A política de valorização da Sanepar vem sendo bem recebida pelo mercado de capitais. As ações da Sanepar estão entre as ações mais valorizadas do ano na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa). Em 2012, as ações preferenciais da Sanepar (SAPR4) registraram lucratividade de 106,45%. O resultado é muito superior ao desempenho do Ibovespa, o índice de ações da bolsa brasileira, que registrou alta de 7,40%. Para efeito de comparação, tendo como base 31/12/2012, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou alta de 5,84%, o dólar americano teve alta de 9,4% e o ouro fechou com uma valorização de 7,12% e a taxa SELIC, utilizada pelo governo como referência de juros no país, encerrou o ano com a variação de 8,49%. Em dezembro de 2012 a ação preferencial nominativa (PN) da empresa, SAPR4, alcançou R\$ 9,05, bem acima dos R\$ 4,63 de dezembro de 2011.

Os investidores acreditaram na boa gestão da Sanepar e aumentaram o volume financeiro de negócios com ações da empresa. No total, foram negociados R\$ 145 milhões em ações em 2012, uma alta de 34% em relação aos R\$ 108 milhões negociados em 2011.

AÇÕES DA SANEPAR

Evolução da cotação das ações (SAPR4) na BM&Bovespa*
(Em R\$)



* Cotação do último dia útil de cada mês

A Sanepar também aumentou a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas. No total, foram distribuídos R\$ 121,7 milhões de reais, sendo R\$ 63,4 milhões referentes ao primeiro semestre de 2012 e R\$ R\$ 58,4 milhões referentes ao segundo semestre de 2012. O volume representa uma leve alta de 2,7% em relação ao total distribuído em 2011.

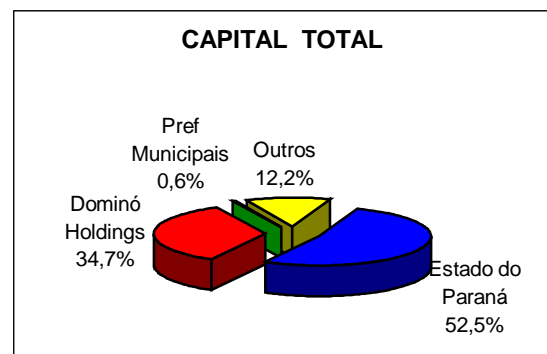
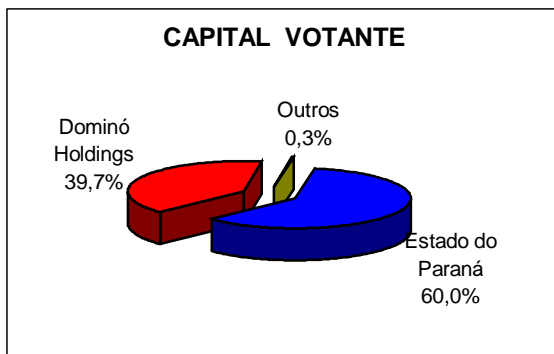
A administração, em cumprimento ao acordo de acionistas, que estabelece a distribuição de 50% do lucro líquido do exercício como dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, propôs o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$ 37,2 milhões, cuja aprovação depende da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

10.1.b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

Estrutura Capital

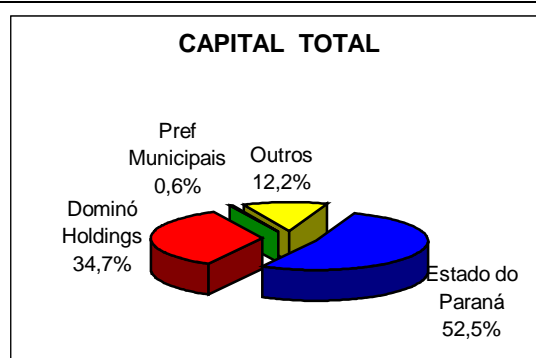
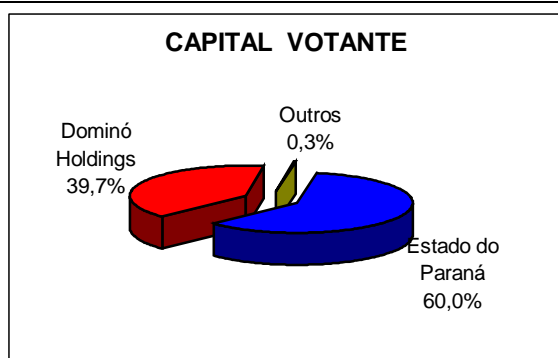
O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e 2012:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	755.946	188.986	944.932	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	500.363	125.091	625.454	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.339.005	2.339.005	-	10.168	10.168	-	0,6%
Outros	828.475	49.654.209	50.482.684	3.601	215.845	219.446	0,3%	12,2%
Total	289.836.870	124.245.312	414.082.182	1.259.910	540.090	1.800.000	100,0%	100,0%



O organograma a seguir indica nossa estrutura de capital dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010:

	Nº de Ações			Capital Social - R\$			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	173.902.122	43.475.530	217.377.652	349.292	87.323	436.615	60,0%	52,5%
Dominó Holdings	115.106.273	28.776.568	143.882.841	231.197	57.799	288.996	39,7%	34,7%
Pref Municipais	-	2.339.005	2.339.005	-	4.756	4.756	-	0,6%
Outros	828.475	49.654.209	50.482.684	1.664	99.676	101.340	0,3%	12,2%
Total	289.836.870	124.245.312	414.082.182	582.153	249.554	831.707	100,0%	100,0%



10.1.b.i. Hipótese de resgate:

Informamos que nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, não houve resgate de ações e até o presente momento inexistente na Sanepar essa possibilidade.

10.1.b.ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate:

Não se aplica à Sanepar

10.1 c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Informamos que no triênio 2010 a 2012, a Sanepar honrou todos os compromissos financeiros assumidos, apresentamos a seguir os índices de liquidez de 2010, 2011 e 2012:

ÍNDICES	2010	2011	2012
LIQUIDEZ CORRENTE	0,86	0,85	1,06
LIQUIDEZ GERAL	0,23	0,27	0,32

10.1.d Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Para garantir os recursos necessários à manutenção do plano de investimentos, a Sanepar recorre a várias fontes de financiamento, além dos recursos próprios.

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia obteve, no triênio de 2010 a 2012, financiamentos da Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (recursos do FAT e do Fundo de Participação do PIS/PASEP), do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, referentes a repasses de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no âmbito do Programa Paraná Urbano II.

Em relação a cobertura de deficiências de capital de giro, a Sanepar não precisou tomar empréstimos junto a Instituições Financeiras no triênio 2010 a 2012.

10.1.e Fontes de financiamentos para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Entre as principais fontes de recursos para investimento em ativo não-circulante, a Companhia pretende utilizar linhas já aprovadas junto a Caixa Econômica Federal (recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES (recursos do FAT, do Fundo de Participação do PIS/PASEP) e recursos do BNDES-PSI - Programa de Sustentação dos Investimentos.

10.1.f Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

10.1.f.i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Os contratos de empréstimos e financiamentos relevantes na Sanepar são com as instituições financeiras relacionadas a seguir:

Banco do Brasil;
Caixa Econômica Federal;
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Grau de Endividamento:

2010	58%
2011	58%
2012	61%

10.1.f.ii Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Sanepar não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

10.1.f.iii Grau de subordinação entre as dívidas:

Nos contratos de financiamentos firmados com a Sanepar não possuem grau de subordinação entre as dívidas.

10.1.f.iv Eventuais restrições ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

A Companhia se comprometeu a manter os seguintes índices Econômicos - Financeiros nos contratos de financiamentos junto ao BNDES:

- i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,5;
- ii) Margem EBITDA maior ou igual a 35%;
- iii) Grau de endividamento menor ou igual a 70%; e
- iv) Dívida Bancária Líquida menor ou igual a 3.

A companhia deverá manter os seguintes índices financeiros, no encerramento de cada exercício social, até o vencimento das debêntures da 2ª emissão:

- i) Dívida líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0 (três inteiros);
- ii) EBITDA/ROL: igual ou superior a 35% (trinta e cinco por cento);
- iii) EBITDA/Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,5 (um inteiro e cinco décimos).

Ressaltamos que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sanepar vem cumprindo integralmente os limites financeiros

estabelecidos, tanto na Escritura de Emissão das Debêntures da 2ª emissão quanto nos contratos de financiamento junto ao BNDES.

10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos contratados:

Dos financiamentos firmados com os agentes financeiros, os recursos são utilizados de acordo com o andamento dos empreendimentos para os quais foram contratados até o limite de cada financiamento firmado.

10.1.h Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Exercício de 2010

Principais Pronunciamentos que Impactaram as Demonstrações Contábeis no exercício de 2010:

Ativo Imobilizado

De acordo com o CPC 27, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica estimada e as correlatas taxas de depreciação/amortização de seus bens patrimoniais. As novas taxas foram adotadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis a partir de 01/01/2010.

A Companhia considerou essa nova estimativa de vida útil de seus bens patrimoniais como mudança de estimativa contábil, produzindo efeitos contábeis a partir do período corrente, sem efeitos retrospectivos sobre os saldos contábeis apresentados para fins comparativos.

Custo Atribuído

Em atendimento a ICPC 10, a Companhia identificou alguns bens ainda em operação, com provável geração futura de caixa, apresentando valor contábil inferior ao seu valor justo.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou um novo valor em substituição ao valor contábil original de aquisição e vida útil remanescente.

Demais Pronunciamentos e Interpretações

As Interpretações e os Pronunciamentos Técnicos emitidos, a partir de 2009, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em vigor

em 31 de dezembro de 2010, estão sendo adotados integralmente nas demonstrações contábeis da Companhia.

Exercício de 2011

Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

A Demonstração do Resultado Abrangente não foi divulgada, em função da Companhia não possuir resultados abrangentes.

A Companhia está divulgando a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, a qual não é requerida pela legislação vigente. Essa demonstração objetiva permitir análises adicionais sobre as demonstrações contábeis básicas apresentadas.

Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

Exercício de 2012

Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de

Valores Mobiliários - CVM, em convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

Em atendimento ao preconizado no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis, reclassificou o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para apresentar o imposto de renda e contribuição social ativos e passivos pelo valor líquido, conforme apresentado a seguir:

Ativo	<u>2011</u> <u>Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>2011</u> <u>Reclassificado</u>
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	322.399	(114.676)	207.723
Total do Ativo	5.678.744	(114.676)	5.564.068
Passivo			
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	114.676	(114.676)	-
Total do Passivo	5.678.744	(114.676)	5.564.068

Mudança de Prática Contábil

Até o exercício de 2011 a Companhia tinha como prática contábil o registro de ganhos e perdas atuariais advindos dos Planos de Aposentadoria e Saúde mantidos para seus colaboradores, no resultado do exercício. Conforme permitido no Pronunciamento Técnico CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 2012 a Companhia alterou a forma de registro de referidos ganhos e perdas, passando a registrá-los diretamente no patrimônio líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reapresentou os saldos do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício de 2011, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial

	<u>2011</u>		<u>2011</u>
Passivo	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	2.310.399		2.310.399
Reserva de Lucros	368.213	35.106	403.319
Outros Resultados Abrangentes	-	(35.106)	(35.106)
Total do Passivo	5.564.068		5.564.068

Demonstração do Resultado

	<u>2011</u>		<u>2011</u>
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Provisões			
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(95.237)	53.191	(42.046)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	314.816	53.191	368.007
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.646)	(18.085)	(83.371)
Lucro Líquido do Exercício	249.170	35.106	284.276

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, também estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos da alteração na demonstração do resultado do exercício daquele exercício.

Considerando que a referida mudança de prática contábil não gerou qualquer efeito sobre o balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2011 (em comparação com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, anteriormente divulgado), referido balanço não está sendo apresentado.

Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão

expressos em milhares de reais, exceto aqueles indicados de outra forma.

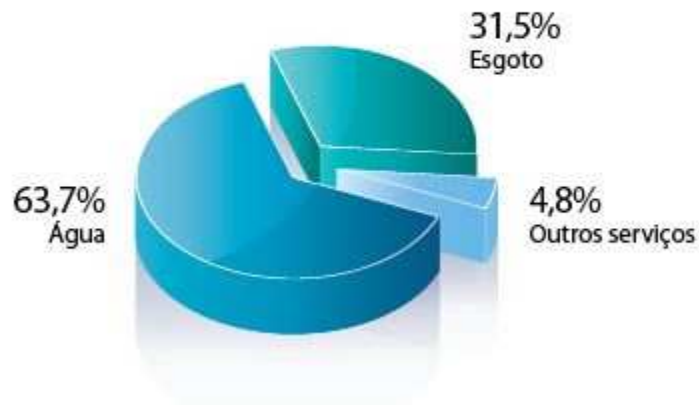
10.2.a. Resultados das operações do emissor:

Em 2012, a Sanepar manteve o significativo desempenho financeiro demonstrado no ano anterior, resultado da ampliação da base de clientes, à política de recomposição tarifária e ao rígido controle de gastos. A tarifa de água e esgoto foi reajustada em 16,5% em março de 2012, com a tarifa mínima passando de R\$ 18,97 para R\$ 22,10, (março de 2011 a tarifa de água e esgoto foi reajustada em 16,0%). A receita bruta da empresa evoluiu 22,1% passando de R\$ 1,9 bilhão, em 2011, para R\$ 2,3 bilhões em 2012. Também contribuiu para o aumento da receita a inclusão de 105.519 novas ligações de esgoto - um crescimento de 22,0% em relação ao número executado no ano anterior - e de 89.989 novas ligações de água.

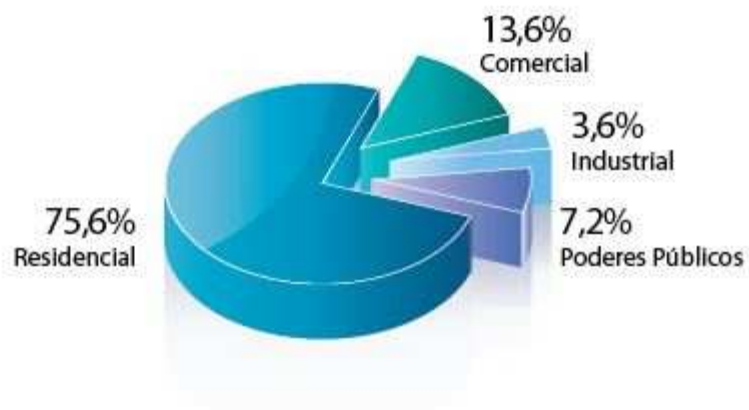
RECEITA OPERACIONAL
(Em R\$ milhões)



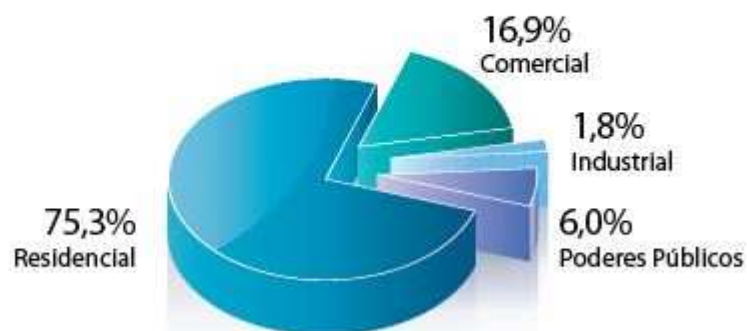
**COMPOSIÇÃO DA RECEITA
(Produtos)**



**ÁGUA
(Composição da receita)**



ESGOTO
(Composição da receita)



O lucro líquido da Sanepar continuou sua progressão em 2012, alcançando R\$ 335,8 milhões, valor 18,1% superior ao registrado em 2011. A margem EBITDA sofreu uma queda de 1,0 ponto percentual, passando de 42,3% em 2011 para 41,3% em 2012. A margem líquida passou de 16,3% em 2011 para 15,8% em 2012.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (Em R\$ milhões)



RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(Em R\$ milhões)

	Receita operacional líquida	Custos e despesas (*) depreciações e amortizações	Ebitda	Depreciações e amortizações	Despesas financeiras e extraordinárias líquidas	IR e Contribuição Social	Resultado líquido	Margem Ebitda (em %)
2004	1.032	535	497	98	107	82	210	48,2
2005	1.118	599	519	105	151	70	193	46,5
2006	1.154	668	486	115	126	68	177	42,1
2007	1.218	677	541	129	193	62	157	44,4
2008	1.318	741	577	138	245	52	142	44,6
2009	1.389	796	593	150	255	50	138	42,7
2010	1.480	902	578	144	250	48	136	39,1
2011	1.742	1.004	738	148	222	84	284	42,3
2012	2.123	1.245	878	149	283	110	336	41,3

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

O aumento verificado nas receitas operacionais da Sanepar, no ano de 2010 ocorreu devido ao acréscimo de novas ligações de água e esgoto, neste ano não houve reajuste tarifário. No biênio 2011 e 2012 houve a recomposição da tarifa de água e esgoto depois de seis anos de congelamento, a tarifa foi reajustada em março de 2011 em 16,0% e em março de 2012 em 16,5%. No triênio não houve a introdução de novos produtos e serviços que alterassem significativamente as receitas operacionais da Companhia.

10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A inflação, a variação de preços dos principais insumos e produtos e os juros sobre os financiamentos no período de 2010 a 2012, foram absorvidos pelo crescimento vegetativo da Companhia e pela recomposição tarifária, o que gerou receita suficiente para suportar estes impactos, conforme os resultados apurados no triênio. Em março de 2011 e 2012 a Companhia reajustou suas tarifas em 16,0% e 16,5% respectivamente, para recompor a tarifa depois de seis anos de congelamento.

A eficiência operacional é um dos focos do modelo de gestão da Sanepar. Ao longo dos anos, a Companhia tem alcançado resultados significativos devido ao investimento em sistemas e processos mais eficazes. Desta forma, além de melhorar o seu desempenho econômico-financeiro, a Sanepar amplia a qualidade dos serviços oferecidos à população e consolida sua atuação sustentável.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

10.3.a. Introdução ou alienação de segmento operacional:

Informamos que no triênio 2010 a 2012 não houve na Sanepar introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3.b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Informamos que no triênio 2010 a 2012 não houve na Sanepar constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3.c. Eventos ou operação não usuais:

Informamos que no triênio 2010 a 2012 não houve na Sanepar eventos ou operações não usuais.

10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Alterações a partir de 2009:

Novos Pronunciamentos Contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e a CVM aprovou em 2009 diversos pronunciamentos contábeis, alinhados às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, com efeitos retroativos para o ano de 2009 para fins comparativos.

Os Pronunciamentos e as Interpretações Técnicas que poderão impactar as Demonstrações Contábeis da Companhia são:

- CPC 16 - Estoques;
- CPC 20 - Custos de Empréstimos;
- CPC 22 - Informações por Segmento;
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- CPC 24 - Evento Subsequente;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado;
- CPC 30 - Receitas;
- CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;
- CPC 33 - Benefícios a Empregados;
- CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração;
- CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação;

- CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40;
- ICPC 01 - Contratos de Concessão;
- ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;
- ICPC 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28.

Em atendimento ao preconizado no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis, reclassificou o balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 para apresentar o imposto de renda e contribuição social ativos e passivos pelo valor líquido, conforme apresentado a seguir:

Ativo	<u>2011</u> <u>Divulgado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>2011</u> <u>Reclassificado</u>
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	322.399	(114.676)	207.723
Total do Ativo	5.678.744	(114.676)	5.564.068
Passivo			
Não Circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Diferidos	114.676	(114.676)	-
Total do Passivo	5.678.744	(114.676)	5.564.068

Mudança de Prática Contábil

Até o exercício de 2011 a Companhia tinha como prática contábil o registro de ganhos e perdas atuariais advindos dos Planos de Aposentadoria e Saúde mantidos para seus colaboradores, no resultado do exercício. Conforme permitido no Pronunciamento Técnico CPC 33 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 2012 a Companhia alterou a forma de registro de referidos ganhos e perdas, passando a registrá-los diretamente no patrimônio líquido (Outros Resultados Abrangentes).

Dessa forma, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tendo por objetivo preservar a comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, a Companhia reapresentou os saldos do balanço patrimonial e da demonstração de resultado do exercício de 2011, conforme demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial

	<u>2011</u>		<u>2011</u>
Passivo	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Patrimônio Líquido	2.310.399		2.310.399
Reserva de Lucros	368.213	35.106	403.319
Outros Resultados Abrangentes	-	(35.106)	(35.106)
Total do Passivo	5.564.068		5.564.068

Demonstração do Resultado

	<u>2011</u>		<u>2011</u>
	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Provisões			
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(95.237)	53.191	(42.046)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	314.816	53.191	368.007
Imposto de Renda e Contribuição Social	(65.646)	(18.085)	(83.371)
Lucro Líquido do Exercício	249.170	35.106	284.276

As demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, também estão sendo reapresentadas para refletir os efeitos da alteração na demonstração do resultado do exercício daquele exercício.

Considerando que a referida mudança de prática contábil não gerou qualquer efeito sobre o balanço patrimonial de abertura em 1 de janeiro de 2011 (em comparação com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, anteriormente divulgado), referido balanço não está sendo apresentado.

10.4.b Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

- Ajustes a Valor Presente

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou estudos sobre a aplicabilidade de Ajustes a Valor Presente dos elementos do ativo e do passivo, impactando os saldos que demonstramos a seguir:

Contas	Características	Contra Partida
	Atualização	AVP
Ativo Circulante		
Contas a receber de clientes (1)	Pré – fixada	Resultado do Exercício
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Contas a receber de clientes (1)	Pré – fixada	Resultado do Exercício

- (1) Registrado pelo valor histórico, no entanto os parcelamentos das contas de particulares estão atualizados pela SELIC e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente os mesmos indicadores utilizados para atualização das contas.

Em relação ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Companhia realizou estudo técnico de revisão da vida útil econômica de seus bens – Imobilizado e Intangível adotado a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

Descrição	Vida útil		Taxa de depreciação/amortização	
	Atual	Econômica	Atual (a)	Econômica (b)
Imobilizado				
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%
Construções Civis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%
Instalações	10 anos	15 e 16 anos	10%	6,25% e 6,67%
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%
Intangível				
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%

- (a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício de 2009.
 (b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir do exercício de 2010 com base em estudos internos da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia identificou alguns bens em operação que apresentam valor contábil inferior ao seu valor justo. Dessa forma, no balanço de abertura de 2010, foi reconhecido, em decorrência dos ajustes da aplicação do novo custo, o montante de R\$ 69.370. Esse valor foi contabilizado a débito da conta do ativo imobilizado, tendo como contrapartida a conta do patrimônio líquido denominada Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquida do Imposto de Renda e da Contribuição Social. Os saldos contábeis de 2009 apresentados para fins comparativos foram ajustados.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Informamos que os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 não apresentaram ressalvas ou ênfases.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação;

b) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da

última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente;

c) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

d) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização;

e) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável;

f) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira;

g) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear.

O Imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

h) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas n^{os} 8 e 12. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo

intangível pode não ser recuperável, o mesmo é submetido ao *impairment test*;

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 - Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor, caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro;

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo para o IRPJ 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e para a Contribuição Social 9%;

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 15.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras;

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal;

j) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente;

k) Apuração dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto, inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e montantes não faturados, os quais são calculados com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil;

l) Juros sobre o Capital Próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis;

m) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado;

n) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 600 da CVM. A partir do exercício de 2012 a Companhia adotou nova prática contábil;

o) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que a provisão definida para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária e adequada com base na Legislação Ambiental em vigor no Brasil;

p) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados;

q) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" (aqueles assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07), e no Ativo Intangível os decorrentes de Contratos de Programas, em observância as regras da Lei 11.445/07 - Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Os valores são depreciados ou amortizados até a data de término do período contratual de cada Contrato de Programa. O valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente é reclassificado do ativo intangível para ativo financeiro.

r) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

Normas	Vigência
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes	Para os exercícios iniciados em ou 1º de julho de 2012
IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda)	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2013
IAS 32 - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2014
IFRS 7 - Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IFRS 7	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2013
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2015
IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo	Para os exercícios iniciados em ou 1º de janeiro de 2013

PROVISÕES

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A posição em 31 de dezembro das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais, é a seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão para Contingências	
	2010	2009	2010	2009
Trabalhistas (1)	76.895	67.700	126.132	108.821
Cíveis (2)	30.165	17.704	95.206	71.087
Ambientais (3)	536	16	12.706	8.274
Outras	937	924	5.873	2.366
Totais	108.533	86.344	239.917	190.548

Natureza	31/12/2010	Adições	Reversões	Utilizações	31/12/2011
Ações Trabalhistas (1)	126.132	34.265	(8.199)	(15.004)	137.194
Ações Cíveis (2)	95.206	66.701	(7.177)	(3.334)	151.396
Ações Ambientais (3)	12.706	85	(9.002)	-	3.789
Ações Tributárias (4)	5.873	722	(6.318)	(5)	272
Total	239.917	101.773	(30.696)	(18.343)	292.651

Natureza	31/12/2011	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2012
Ações Trabalhistas (1)	137.194	46.079	(20.863)	(13.327)	149.083
Ações Cíveis (2)	151.396	118.192	(81.383)	(1.280)	186.925
Ações Ambientais (3)	3.789	55.192	(10)	(1.488)	57.483
Ações Tributárias (4)	272	2.011	-	-	2.283
Total	292.651	221.474	(102.256)	(16.095)	395.774

Passivos Contingentes

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para as quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram

constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição em 31 de dezembro dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	31/12/2012	31/12/2011
Ações Cíveis (2)	93.653	95.551
Ações Ambientais (3)	59.208	7.364
Ações Tributárias (4)	11.955	11.731
Totais	164.816	114.646

- (1)As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- (2)As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (3)As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.
- (4)As provisões tributárias relacionam-se, basicamente, a questionamentos movidos pela prefeitura municipal de Tamboara referente ao ISSQN e do município de Santo Antônio da Platina referente ao IPTU.

Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A posição em 31 de dezembro é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/12/2011	31/12/2010
Ações Trabalhistas	84.082	76.895
Ações Cíveis	37.566	30.165
Ações Ambientais	560	536
Ações Tributárias	1.471	937
Totais	123.679	108.533

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/12/2012	31/12/2011
Ações Trabalhistas	88.611	84.082
Ações Cíveis	44.463	37.566
Ações Ambientais	560	560
Ações Tributárias	3.858	1.471
Totais	137.492	123.679

RECONHECIMENTO DA RECEITA

Na receita operacional incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

CRÉDITOS FISCAIS

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

2010

Apresenta a seguinte composição

Descrição	2010	2009
Imposto de Renda a compensar (1)	2.912	8.333
Contribuição Social a compensar (1)	182	1.360
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.395	1.501
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	4.771	11.476
Curto Prazo	3.799	10.417
Longo Prazo	972	1.059

2011

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2011	2010
Imposto de Renda a compensar (1)	10.703	2.912
Contribuição Social a compensar (1)	2.734	182
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.284	1.395
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	15.003	4.771
Curto Prazo	14.045	3.799
Longo Prazo	958	972

2012

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2012	2011
Imposto de Renda a compensar (1)	19.332	10.703
Contribuição Social a compensar (1)	5.611	2.734
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.371	1.284
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	26.596	15.003
Curto Prazo	25.573	14.045
Longo Prazo	1.023	958

- (1) Estes valores referem-se aos saldos negativos, relativos ao pagamento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL em comparação com o lucro real apurado. Esses valores são corrigidos pela taxa SELIC.

ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

2010

IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2010	2009
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.758.876	(891.327)	1.867.549	1.795.210
Sistemas de Esgoto	2.375.407	(462.664)	1.912.743	1.655.166
Administração	137.761	(77.376)	60.385	43.092
Outras Imobilizações	21.222	(12.140)	9.082	7.465
Projetos e Obras em Andamento	496.685	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	35.459	-	35.459	20.253
Totais	5.825.410	(1.443.507)	4.381.903	4.064.705

Por Natureza					2010	2009	
Descrição	Taxa de Depreciação	Custo		Depreciação Acumulada		Valor Líquido	
		Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
Terrenos	-	54.906	-	-	-	54.906	49.627
Poços	2,86%	79.245	3.610	(26.365)	(233)	56.257	50.044
Barragens	2%	127.549	10.167	(27.129)	(7.789)	102.798	102.128
Construções Civas	* 1,83%	1.183.499	47.214	(236.212)	(27.224)	967.277	945.586
Benfeitorias	2%	6.974	-	(1.103)	-	5.871	5.395
Tubulações	* 1,95%	2.392.198	344.121	(419.201)	(178.515)	2.138.603	1.909.877
Ligações Prediais	3,33%	327.594	7.396	(125.177)	(686)	209.127	169.551
Instalações	6,67%	36.587	1.785	(17.222)	(334)	20.816	14.652
Hidrômetros	10%	121.930	1.951	(60.375)	(365)	63.141	61.312
Macromedidores	10%	2.588	467	(1.391)	(92)	1.572	1.227
Equipamentos	* 6,22%	299.809	19.257	(159.858)	(2.662)	156.546	132.781
Móveis e Utensílios	7,14%	19.642	1.852	(14.132)	(454)	6.908	5.129
Equipamentos de Informática	* 19,78%	98.936	13.691	(64.615)	(5.324)	42.688	39.064
Ferramentas	6,67%	481	89	(363)	(8)	199	66
Veículos	* 13,05%	55.722	9.281	(44.636)	(3.370)	16.997	11.837
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.128	6.597	(16.334)	(2.338)	6.053	447
Proteção e Preservação Ambiental	20%	-	-	-	-	-	2.210
Projetos e Obras em Andamento	-	496.685	-	-	-	496.685	543.519
Estoques para Obras	-	35.459	-	-	-	35.459	20.253
Totais		5.357.932	467.478	(1.214.113)	(229.394)	4.381.903	4.064.705

* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$ 238.084 e R\$ 195.159, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo de projetos e obras em andamento em 2010, refere-se a 119 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 67 localidades, no montante de R\$ 104.960; 189 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 77 localidades, no montante de R\$ 318.492, e ainda R\$ 73.233 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2010 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram as obras da Companhia, no montante de R\$ 11.070 (R\$ 7.760 em 2009).

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	2010	2009
				Valor Líquido	
Concessão do Município de Curitiba (1)	3,33%	125.000	(37.847)	87.153	91.320
Concessão do Município de Cianorte (2)	5%	120	(50)	70	75
Programas de Informática	20%	11.296	(9.742)	1.554	2.078
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	192	(141)	51	-
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.570	(3.912)	4.658	-
Totais		145.178	(51.692)	93.486	93.473

- (1) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 12.
- (2) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

c) Imobilizado e Intangível

O Ativo Imobilizado e Intangível apresentam a seguinte movimentação:

Descrição	2009	Custo Atribuído	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2010
Imobilizado							
Terrenos	49.627	-	1.437	-	-	3.842	54.906
Poços	50.044	3.610	58	(1.139)	(52)	3.736	56.257
Barragens	102.128	849	159	(2.363)	-	2.025	102.798
Construções Civas	945.586	122	2.578	(21.660)	(582)	41.233	967.277
Benfeitorias	5.395	-	183	(130)	(1)	424	5.871
Tubulações	1.909.877	1.115	16.335	(52.331)	-	263.607	2.138.603
Ligações Prediais	169.551	7.900	56	(8.397)	(1.041)	41.058	209.127
Instalações	14.652	1.795	832	(1.735)	(10)	5.282	20.816
Hidrômetros	61.312	2.323	12	(11.386)	(1.213)	12.093	63.141
Macromedidores	1.227	467	-	(246)	-	124	1.572
Equipamentos	132.781	19.497	9.631	(13.096)	(1.902)	9.635	156.546
Móveis e Utensílios	5.129	1.895	664	(1.003)	(59)	282	6.908
Equipamentos de Informática	39.064	13.889	2.620	(15.655)	(165)	2.935	42.688
Ferramentas	66	90	63	(15)	(1)	(4)	199
Veículos	11.837	9.347	1.458	(5.563)	(82)	-	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	447	6.596	1.532	(2.524)	-	2	6.053
Proteção e Preservação Ambiental	2.210	-	115	(180)	-	(2.145)	-
Subtotais Imobilizado Operacional	3.500.933	69.495	37.733	(137.423)	(5.108)	384.129	3.849.759
Projetos e Obras em Andamento	543.519	-	343.856	-	(479)	(390.211)	496.985
Estoques para Obras	20.253	-	15.206	-	-	-	35.459
Totais Imobilizado	4.064.705	69.495	396.795	(137.423)	(5.587)	(a) (6.082)	4.381.903
Intangível							
Concessão do Município de Curitiba	91.320	-	-	(4.167)	-	-	87.153
Concessão do Município de Cianorte	75	-	-	(5)	-	-	70
Programas de Informática	2.078	-	280	(1.453)	-	649	1.554
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	-	-	-	(5)	-	56	51
Proteção e Preservação Ambiental	-	-	157	(876)	-	5.377	4.658
Totais Intangível	93.473	-	437	(6.506)	-	6.082	93.486
Total Geral	4.158.178	69.495	397.232	(143.929)	(5.587)	-	4.475.389

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01/07, aprovado pela Deliberação CVM 527/07, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para apuração do valor recuperável dos ativos da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, considerando como unidade geradora de caixa os segmentos de água e esgoto e a empresa de forma global;

- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas para um período de cinco anos
- As estimativas de fluxos de caixa foram realizadas em moeda constante, desconsiderando portanto, os efeitos da inflação nos fluxos de caixa e na taxa de desconto;
- Nas projeções das receitas, as premissas adotadas foram: o crescimento médio do número de ligações e do consumo médio em m³ por ligação, bem como a tarifa média por m³;
- O valor contábil dos ativos apurado, na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foi considerado como valor recuperável, em virtude dos contratos de concessão atualmente em vigor estabelecerem indenização por parte dos municípios, em caso de não renovação ou quebra de contrato;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), calculado na Companhia de 7,63%.

O estudo técnico nos levou a concluir que:

- O Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável;
- O saldo contábil do Imobilizado e Intangível em operação em 31/12/2010, é de R\$ 3.943.245; e o valor presente dos ativos em uso na Companhia, conforme fluxos de caixa projetados até o ano de 2015, totaliza R\$ 5.381.247.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar. A equipe foi composta por 2 Contadores, 1 Analista de Sistemas, 2 Engenheiros Civis, 1 Engenheiro Mecânico, 1 Engenheiro de Materiais e 1 Engenheiro Elétrico.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua

natureza e representatividade. No primeiro grupo, para o qual foi dado maior importância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2010, na ordem de R\$ 15.008.

Foram considerados também, neste estudo, os aspectos de atribuição de valor residual aos ativos conforme o CPC 27 e a ICPC 10, e analisando as particularidades do setor de saneamento, constata-se a pouca probabilidade de venda de bens patrimoniais operacionais. Diante disso, a comissão constituída para o estudo concluiu pela não atribuição do valor residual aos ativos ao final da vida útil estimada.

A seguir apresentamos, por natureza dos bens, a vida útil e as taxas de depreciação:

Descrição	Vida Útil		Taxa de depreciação/ amortização		
	Anterior	Atual	Anterior (a)	Atual (b)	
				Nominal	Média Ponderada
Imobilizado					
Poços	20 anos	35 anos	5%	2,86%	-
Barragens	33 anos	50 anos	3%	2%	-
Construções Civis	50 anos	50 e 60 anos	2%	1,67% e 2%	1,83%
Benfeitorias	50 anos	50 anos	2%	2%	-
Tubulações	52 anos	30 a 60 anos	1,93%	1,67% a 3,33%	1,95%
Ligações Prediais	20 anos	30 anos	5%	3,33%	-
Instalações	10 anos	15 anos	10%	6,67%	-
Hidrômetros	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Macromedidores	10 anos	10 anos	10%	10%	-
Equipamentos	10 anos	12 a 20 anos	10%	5% a 8,33%	6,22%
Móveis e Utensílios	10 anos	14 anos	10%	7,14%	-
Equipamentos de Informática	5 anos	5 a 20 anos	20%	5% a 20%	19,78%
Ferramentas	5 anos	15 anos	20%	6,67%	-
Veículos	5 anos	5 a 10 anos	20%	10% a 20%	13,05%
Máquinas, Tratores e Similares	4 anos	4 e 10 anos	25%	10% e 25%	19,35%
Intangível					
Concessão do Município de Curitiba	30 anos	30 anos	3,33%	3,33%	-
Concessão do Município de Cianorte	20 anos	20 anos	5%	5%	-
Programas de Informática	5 anos	5 anos	20%	20%	-
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	10 anos	16 anos	10%	6,25%	-
Proteção e Preservação Ambiental	5 anos	5 anos	20%	20%	-

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que foi utilizada até 31/12/2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada a partir de 01/01/2010, com base em estudos internos da Companhia.

f) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A seguir apresentamos, resumo por natureza, do valor contábil anterior e do novo custo atribuído:

Descrição	Valor Contábil em 31/12/2009	Custo Atribuído	Valor Contábil em 01/01/2010	Vida Útil Remanescente (em meses)
Imobilizado				
Poços	92	3.610	3.702	180
Barragens	6	849	855	201
Construções Cíveis	8	122	130	120 a 300
Tubulações	6	1.115	1.121	120 a 720
Ligações Prediais	1.207	7.900	9.107	120
Instalações	93	1.795	1.888	60
Hidrômetros	252	2.323	2.575	60
Macromedidores	-	467	467	60
Equipamentos	419	19.497	19.916	24 a 120
Móveis e Utensílios	34	1.895	1.929	48
Equipamentos de Informática	48	13.889	13.937	30 a 240
Ferramentas	1	90	91	120
Veículos	12	9.347	9.359	120
Máquinas, Tratores e Similares	84	6.596	6.680	150
Totais	2.262	69.495	71.757	

O registro contábil do Custo Atribuído ao Ativo Imobilizado no montante de R\$ 69.495 teve como contrapartida a conta de Patrimônio Líquido denominada de Ajustes de Avaliação Patrimonial no montante de R\$ 45.867 e a conta de Tributos Diferidos no Passivo Não Circulante no montante de R\$ 23.628. Na medida em que os bens forem depreciados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores serão realizados e transferidos para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados e para a conta de Tributos Correntes. A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2010, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 17.575.

g) Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2011

INTANGÍVEL E IMOBILIZADO

a) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2011	2010
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	11.031	(6.789)	4.242	4.672
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(42.070)	83.050	87.223
Outros Ativos Intangíveis	16.543	(9.975)	6.568	1.591
Totais	152.694	(58.834)	93.860	93.486

Por Natureza			2011	2010
Descrição	Taxa de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Poços (1)	2,67%	145	(19)	126
Construções Civas (1)	* 2,19%	82	(47)	35
Benfeitorias (1)	2%	31	(7)	24
Tubulações (1)	* 2,88%	277	(133)	144
Ligações Prediais (1)	2,55%	78	(36)	42
Instalações (1)	6,67%	133	(42)	91
Hidrômetros (1)	10%	80	(58)	22
Macromedidores (1)	10%	1	(1)	-
Equipamentos (1)	* 6,22%	96	(42)	54
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	1	(1)	-
Programas de Informática	20%	17.712	(11.134)	6.578
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	146	(99)	47
Proteção e Preservação Ambiental	20%	8.792	(5.145)	3.647
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(42.014)	82.986
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(56)	64
Totais		152.694	(58.834)	93.860

- Taxa Média Ponderada

(1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor).

(2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.

(3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

b) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2011	2010
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.834.259	(954.980)	1.879.279	1.867.549
Sistemas de Esgoto	2.556.072	(516.015)	2.040.057	1.912.743
Resíduos Sólidos	3.160	(2.064)	1.096	-
Administração	137.551	(78.463)	59.088	60.385
Outras Imobilizações	17.931	(9.862)	8.069	9.082
Projetos e Obras em Andamento	553.303	-	553.303	496.685
Estoques para Obras	38.118	-	38.118	35.459
Totais	6.140.394	(1.561.384)	4.579.010	4.381.903

Por Natureza		Custo		Depreciação Acumulada		2011	2010
Descrição	Taxa de Depreciação	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Custo	Custo	Valor Líquido	
Terrenos	-	56.953	-	-	-	56.953	54.906
Poços	2,86%	81.886	3.610	(27.397)	(464)	57.635	56.257
Barragens	2%	127.688	10.167	(29.404)	(7.908)	100.543	102.798
Construções Civis	* 1,83%	1.210.499	47.178	(257.370)	(28.301)	972.006	967.277
Benfeitorias	2%	7.416	-	(1.245)	-	6.171	5.871
Tubulações	* 1,95%	2.575.638	344.086	(467.810)	(186.439)	2.265.475	2.138.603
Ligações Prediais	3,33%	354.599	7.111	(129.126)	(1.317)	231.267	209.127
Instalações	6,67%	39.881	1.784	(18.933)	(669)	22.063	20.816
Hidrômetros	10%	121.197	1.524	(63.565)	(572)	58.584	63.141
Macromedidores	10%	2.814	465	(1.551)	(184)	1.544	1.572
Equipamentos	* 6,22%	313.159	18.792	(167.794)	(4.993)	159.164	156.546
Móveis e Utensílios	7,14%	20.596	1.737	(14.340)	(852)	7.141	6.908
Equipamentos de Informática	* 19,77%	98.419	10.825	(71.252)	(7.980)	30.012	42.688
Ferramentas	6,67%	530	88	(370)	(16)	232	199
Veículos	* 13,05%	56.318	9.275	(46.758)	(4.550)	14.285	16.997
Máquinas, Tratores e Similares	* 19,35%	18.141	6.597	(16.665)	(3.559)	4.514	6.053
Projetos e Obras em Andamento	-	553.303	-	-	-	553.303	496.685
Estoques para Obras	-	38.118	-	-	-	38.118	35.459
Totais		5.677.155	463.239	(1.313.580)	(247.804)	4.579.010	4.381.903

* Taxa Média Ponderada

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$ 215.435 e R\$ 238.084, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e

plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2011, refere-se a 175 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 94 localidades, no montante de R\$ 134.330; 220 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 88 localidades, no montante de R\$ 342.507, e ainda R\$76.466 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2011 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$ 14.595 (R\$ 11.070 em 2010).

c) Movimentação do Intangível e Imobilizado

Descrição	2010	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2011
Intangível						
Poços	-	-	(2)	-	128	126
Construções Cíveis	-	-	(2)	-	37	35
Benfeitorias	-	-	(1)	-	25	24
Tubulações	-	1	(8)	-	151	144
Ligações Prediais	-	-	(2)	-	44	42
Instalações	-	-	(8)	-	99	91
Hidrômetros	-	-	(8)	(2)	32	22
Equipamentos	-	-	(5)	-	59	54
Programas de Informática	1.554	6.424	(1.400)	-	-	6.578
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	51	-	(4)	-	-	47
Proteção e Preservação Ambiental	4.658	222	(1.233)	-	-	3.647
Concessão do Município de Curitiba	87.153	-	(4.167)	-	-	82.986
Concessão do Município de Cianorte	70	-	(6)	-	-	64
Totais Intangível	93.486	6.647	(6.846)	(2)	575	93.860
Imobilizado						
Terrenos	54.906	517	-	(41)	1.571	56.953
Poços	56.257	307	(1.177)	2	2.246	57.635
Barragens	102.798	-	(2.395)	-	140	100.543
Construções Cíveis	967.277	2.541	(22.728)	(1.066)	25.982	972.006
Benfeitorias	5.871	144	(141)	(8)	305	6.171
Tubulações	2.138.603	12.999	(56.620)	(31)	170.524	2.265.475
Ligações Prediais	209.127	29	(9.527)	(1.294)	32.932	231.267
Instalações	20.816	995	(2.105)	(13)	2.370	22.063
Hidrômetros	63.141	-	(11.070)	(1.304)	7.817	58.584
Macromedidores	1.572	-	(258)	(2)	232	1.544
Equipamentos	156.546	13.188	(13.789)	(3.155)	6.374	159.164
Móveis e Utensílios	6.908	1.391	(1.049)	(123)	14	7.141
Equipamentos de Informática	42.688	3.542	(15.506)	(1.039)	327	30.012
Ferramentas	199	52	(18)	(1)	-	232
Veículos	16.997	737	(3.431)	(18)	-	14.285
Máquinas, Tratores e Similares	6.053	13	(1.552)	-	-	4.514
Subtotais Imobilizado Operacional	3.849.759	36.455	(141.366)	(8.093)	250.834	3.987.589
Projetos e Obras em Andamento	496.685	308.419	-	(286)	(251.515)	553.303
Estoques para Obras	35.459	2.659	-	-	-	38.118
Totais Imobilizado	4.381.903	347.533	(141.366)	(8.379)	(681)	4.579.010
Total Geral	4.475.389	354.180	(148.212)	(8.381)	(a)	4.672.870

(a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente ao montante esperado de recebimento ao final do contrato com o município de Quitandinha.

d) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradores de caixa da Sanepar, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;
- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi baseada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

e) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

A adoção das novas taxas de depreciação/amortização, a partir de 01/01/2010, impactaram positivamente o resultado da Companhia, no exercício de 2011, na ordem de R\$ 16.258.

f) Custo Atribuído

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, aprovada pela Deliberação CVM nº 619 de 22/12/2009, a Companhia, em conexão com o estudo técnico de revisão da vida útil, identificou bens patrimoniais ainda em operação gerando benefícios econômicos para a entidade, com valor contábil inferior ao valor justo, ou mesmo com valor igual a zero.

A adoção desse novo custo, impactou negativamente o resultado da Companhia durante o exercício de 2011, por conta do aumento dos custos e das despesas com depreciação e baixas no montante de R\$ 13.635.

g) Política de Distribuição de Dividendos

Os impactos decorrentes da implantação destes novos Pronunciamentos foram considerados integralmente nos resultados e conseqüentemente no cálculo da distribuição dos Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio, de acordo com a legislação societária e o estatuto social da Companhia.

2012

IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2012	2011
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	2.852.201	(970.375)	1.881.826	1.879.279
Sistemas de Esgoto	2.682.836	(550.208)	2.132.628	2.040.057
Resíduos Sólidos	3.206	(2.241)	965	1.096
Administração	144.210	(79.921)	64.289	59.088
Outras Imobilizações	23.245	(13.233)	10.012	8.069
Projetos e Obras em Andamento	628.609	-	628.609	553.303
Estoques para Obras	41.793	-	41.793	38.118
Totais	6.376.100	(1.615.978)	4.760.122	4.579.010

Por Natureza				2012	2011
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	59.202	-	59.202	56.953
Poços	2,86%	84.897	(26.426)	58.471	57.635
Barragens	2%	137.143	(39.204)	97.939	100.543
Construções Cíveis	*1,84%	1.266.080	(298.239)	967.841	972.006
Benfeitorias	2%	9.415	(1.379)	8.036	6.171
Tubulações	*1,95%	3.035.909	(683.511)	2.352.398	2.265.475
Ligações Prediais	3,33%	382.813	(131.896)	250.917	231.267
Instalações	6,67%	45.299	(20.885)	24.414	22.063
Hidrômetros	10%	120.931	(64.013)	56.918	58.584
Macromedidores	10%	3.243	(1.905)	1.338	1.544
Equipamentos	*6,23%	341.388	(177.820)	163.568	159.164
Móveis e Utensílios	7,14%	25.727	(15.478)	10.249	7.141
Equipamentos de Informática	*19,82%	106.522	(83.348)	23.174	30.012
Veículos	*13,05%	63.261	(51.815)	11.446	14.285
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.228	(19.668)	3.560	4.514
Ferramentas	6,67%	640	(391)	249	232
Projetos e Obras em Andamento	-	628.609	-	628.609	553.303
Estoques para Obras	-	41.793	-	41.793	38.118
Totais		6.376.100	(1.615.978)	4.760.122	4.579.010

- Taxa Média Ponderada

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2012, refere-se a 210 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 102 localidades, no montante de R\$203.467; 274 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 101 localidades, no montante de R\$344.698, e ainda R\$80.444 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2012 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$15.709 (R\$14.595 em 2011). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 9,7%.

Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2012	2011
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	107.361	(53.231)	54.130	4.242
Sistemas de Esgoto	86.563	(23.536)	63.027	4
Resíduos Sólidos	526	(93)	433	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(46.243)	78.877	83.050
Outros Ativos Intangíveis	20.875	(13.815)	7.060	6.564
Totais	340.445	(136.918)	203.527	93.860

Por Natureza			2012	2011
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	-	1.357	-	1.357
Poços (1)	3,33%	6.887	(2.805)	4.082
Barragens (1)	3,33%	778	(507)	271
Construções Civas (1)	3,33%	36.254	(10.930)	25.324
Benfeitorias (1)	3,33%	238	(42)	196
Tubulações (1)	3,33%	92.985	(31.209)	61.776
Ligações Prediais (1)	3,33%	15.993	(7.201)	8.792
Instalações (1)	6,67%	2.762	(1.150)	1.612
Hidrômetros (1)	10%	6.630	(3.544)	3.086
Macromedidores (1)	10%	186	(104)	82
Equipamentos (1)	*6,23%	14.411	(7.088)	7.323
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	114	(56)	58
Equipamento de Informática (1)	*19,82%	1.426	(1.312)	114
Programas de Informática (1)	20%	22.036	(14.967)	7.069
Veículos (1)	*13,05%	2.256	(2.034)	222
Máquinas, Tratores e Similares (1)	*19,35%	1.509	(1.404)	105
Ferramentas (1)	6,67%	11	(9)	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	*6,25%	153	(103)	50
Proteção e Preservação Ambiental	20%	9.339	(6.210)	3.129
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(46.181)	78.819
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(62)	58
Totais		340.445	(136.918)	203.527
				93.860

* Taxa Média Ponderada

- (1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos.

A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor), caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro.

- (2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba.
- (3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

Movimentação do Imobilizado e Intangível

Descrição	2011	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2012
Imobilizado						
Terrenos	56.953	2.928	-	-	(679)	59.202
Poços	57.635	320	(1.221)	(36)	1.773	58.471
Barragens	100.543	45	(2.394)	-	(255)	97.939
Construções Cíveis	972.006	3.962	(23.207)	(59)	15.139	967.841
Benfeitorias	6.171	224	(167)	(2)	1.810	8.036
Tubulações	2.265.475	20.037	(59.916)	(36)	126.838	2.352.398
Ligações Prediais	231.267	26	(10.500)	(463)	30.587	250.917
Instalações	22.063	1.158	(2.360)	(3)	3.556	24.414
Hidrômetros	58.584	11	(10.508)	(1.072)	9.903	56.918
Macromedidores	1.544	-	(271)	(1)	66	1.338
Equipamentos	159.164	15.625	(14.540)	(2.217)	5.536	163.568
Móveis e Utensílios	7.141	3.925	(860)	(78)	121	10.249
Equipamentos de Informática	30.012	1.487	(8.098)	(230)	3	23.174
Veículos	14.285	269	(2.826)	(2)	(280)	11.446
Máquinas, Tratores e Similares	4.514	-	(800)	-	(154)	3.560
Ferramentas	232	42	(22)	(1)	(2)	249
Subtotais Imobilizado Operacional	3.987.589	50.059	(137.690)	(4.200)	193.962	4.089.720
Projetos e Obras em Andamento	553.303	417.497	-	(498)	(341.693)	628.609
Estoques para Obras	38.118	3.675	-	-	-	41.793
Totais Imobilizado	4.579.010	471.231	(137.690)	(4.698)	(147.731)	4.760.122
Intangível						
Terrenos	-	86	-	-	1.271	1.357
Poços	126	31	(41)	-	3.966	4.082
Barragens	-	-	(5)	-	276	271
Construções Cíveis	35	(544)	(273)	(19)	26.125	25.324
Benfeitorias	24	-	(3)	-	175	196
Tubulações	144	109	(656)	-	62.179	61.776
Ligações Prediais	42	-	(145)	(5)	8.900	8.792
Instalações	91	46	(59)	(4)	1.538	1.612
Hidrômetros	22	-	(232)	(30)	3.326	3.086
Macromedidores	-	-	(6)	-	88	82
Equipamentos	54	483	(230)	(32)	7.048	7.323
Móveis e Utensílios	-	15	(2)	-	45	58
Equipamentos de Informática	-	-	(110)	-	224	114
Programas de Informática	6.578	4.324	(3.833)	-	-	7.069
Veículos	-	-	(59)	-	281	222
Máquinas, Tratores e Similares	-	-	(49)	-	154	105
Ferramentas	-	-	-	-	2	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	47	5	(4)	-	2	50
Proteção e Preservação Ambiental	3.647	548	(1.066)	-	-	3.129
Concessão do Município de Curitiba	82.986	-	(4.167)	-	-	78.819
Concessão do Município de Cianorte	64	-	(6)	-	-	58
Totais Intangível	93.860	5.103	(10.946)	(90)	115.600	203.527
Total Geral	4.672.870	476.334	(148.636)	(4.788)	(a) (32.131)	4.963.649

(b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas.

Reserva de Reavaliação e Atribuição do Novo Custo

Reserva de Reavaliação

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$200.232 e R\$215.435, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- As unidades geradoras de caixa, identificadas para o teste de recuperabilidade dos ativos, foram os segmentos de negócio de água e esgoto;
- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos prevêem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi de 6,81%. O referido percentual foi baseado no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2011 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2009, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para os exercícios de 2011 e 2012.

PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social - FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: i) aposentadorias programadas, as quais são tratadas como contribuição definida; ii) benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, pecúlio por morte, auxílio-doença e acidente) como benefício definido. Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$ 21.376 (R\$ 17.805 em 2011) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,6% pela patrocinadora e 36,4% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$33.117 (R\$28.540 em 2011).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuário externo, (ATU-VERITA - Assessoria e

Consultoria Atuarial Ltda.), a qual emitiu parecer datado de 31 de janeiro de 2013, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33, aprovado pela Deliberação 600 da CVM, foi contratada a Actuarial - Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda., que emitiu relatório detalhado, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

Demonstração do passivo atuarial de 2010, 2011 e 2012:

2010

Descrição	Plano de		2010	2009
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	503.700	317.220	820.920	696.327
Valor Justo dos Ativos	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	29.640	(9.303)	20.337	46.511
Totais	200.011	301.371	501.382	428.977
Curto Prazo	13.334	20.091	33.425	28.598
Longo Prazo	186.677	281.280	467.957	400.379

2011

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011	2010
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	552.584	343.784	896.368	820.920
Valor Justo dos Ativos	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	39.683	13.508	53.191	20.337
Totais	245.080	351.539	596.619	501.382
Curto Prazo	16.339	23.436	39.775	33.425
Longo Prazo	228.741	328.103	556.844	467.957

2012

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2012	2011
Valor Presente das Obrigações Atuariais, Total ou Parcialmente, Cobertas	681.825	398.339	1.080.164	896.368
Valor Justo dos Ativos	(425.081)	(4.653)	(429.734)	(352.940)
Valor Líquido dos Ganhos e (Perdas) Atuariais	92.736	116.132	208.868	53.191
Totais	349.480	509.818	859.298	596.619
Curto Prazo	23.299	33.988	57.287	39.775
Longo Prazo	326.181	475.830	802.011	556.844

Apuração do passivo atuarial:

2010

Descrição	Plano de		2010	2009
	Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor presente da obrigação no início do ano	475.340	267.498	742.838	627.559
Custo de juros sobre a obrigação	49.911	28.087	77.998	69.032
Custo de serviço passado não reconhecido	27.927	19.760	47.687	31.119
Custo do serviço corrente	1.440	8.923	10.363	9.044
Benefícios pagos no exercício	(35.616)	(7.439)	(43.055)	(37.096)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	14.338	(8.912)	5.426	43.180
Obrigação total no exercício de 2010	533.340	307.917	841.257	742.838
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(307.942)	(5.919)	(313.861)	(274.814)
Juros sobre os ativos do plano	(32.334)	(621)	(32.955)	(30.229)
Contribuição dos participantes	(2.901)	-	(2.901)	(2.634)
Contribuição da patrocinadora	(13.143)	(7.054)	(20.197)	(15.492)
Benefícios pagos no exercício	35.616	7.439	43.055	37.096
Ganho sobre os ativos do plano no exercício	(12.625)	(391)	(13.016)	(27.788)
Valor justo dos ativos no exercício	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Passivo reconhecido no final do exercício	200.011	301.371	501.382	428.977

2011

Descrição	Plano de		2011	2010
	Plano de Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor presente da obrigação no início do ano	533.340	307.917	841.257	742.838
Custo de juros sobre a obrigação	60.001	34.641	94.642	77.998
Custo de serviço passado não reconhecido	16.140	-	16.140	47.687
Custo do serviço corrente	1.838	10.212	12.050	10.363
Benefícios pagos no exercício	(36.650)	(8.256)	(44.906)	(43.055)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	17.598	12.778	30.376	5.426
Obrigação total no exercício de 2011	592.267	357.292	949.559	841.257
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(333.329)	(6.546)	(339.875)	(313.861)
Juros sobre os ativos do plano	(37.499)	(736)	(38.235)	(32.955)
Contribuição dos participantes	(3.235)	-	(3.235)	(2.901)
Contribuição da patrocinadora	(15.719)	(7.457)	(23.176)	(20.197)
Benefícios pagos no exercício	36.650	8.256	44.906	43.055
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	5.945	730	6.675	(13.016)
Valor justo dos ativos no exercício	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Passivo reconhecido no final do exercício	245.080	351.539	596.619	501.382

2012

Descrição	Plano de		2012	2011
	Plano de Aposentadoria	Assistência Médica		
Valor presente da obrigação no início do ano	592.267	357.292	949.559	841.257
Custo de juros sobre a obrigação	66.630	40.195	106.825	94.642
Custo de serviço passado não reconhecido	-	-	-	16.140
Custo do serviço corrente	2.255	11.865	14.120	12.050
Benefícios pagos no exercício	(41.839)	(8.832)	(50.671)	(44.906)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	155.248	113.951	269.199	30.376
Obrigação total no exercício de 2012	774.561	514.471	1.289.032	949.559
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(347.187)	(5.753)	(352.940)	(339.875)
Juros sobre os ativos do plano	(39.059)	(647)	(39.706)	(38.235)
Contribuição dos participantes	(3.671)	-	(3.671)	(3.235)
Contribuição da patrocinadora	(14.491)	(9.266)	(23.757)	(23.176)
Benefícios pagos no exercício	41.839	8.832	50.671	44.906
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(62.512)	2.181	(60.331)	6.675
Valor justo dos ativos no exercício	(425.081)	(4.653)	(429.734)	(352.940)
Passivo reconhecido no final do exercício	349.480	509.818	859.298	596.619

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano e da obrigação atuarial de 2010, 2011 e 2012:

2010

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2010	751.324
Exigível operacional	(3.696)
Exigível contingencial	(3.164)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(323)
Fundo de investimentos	(1.307)
Fundo administrativo	(801)
Ativo Previdenciário Líquido	742.033
Fundos individuais (CD)	(408.705)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2010	333.329

2011

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2011	814.977
Exigível operacional	(3.829)
Exigível contingencial	(6.749)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(343)
Fundo de investimentos	(1.530)
Fundo administrativo	(597)
Ativo Previdenciário Líquido	801.929
Fundos individuais (CD)	(454.742)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2011	347.187

2012

Ativos do Plano	Plano de Aposentadoria
Ativo bruto em 31/12/2012	992.727
Exigível operacional	(5.012)
Exigível contingencial	(8.443)
Fundo Previdencial – Desligamentos	(431)
Fundo de investimentos	(1.997)
Fundo administrativo	(881)
Ativo Previdenciário Líquido	975.963
Fundos individuais (CD)	(537.662)
Patrimônio dos Participantes e de Outras Patrocinadoras	(8.567)
Valor Justo dos Ativos em 31/12/2012	429.734

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial de 2010, 2011 e 2012:

2010

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,46% ao ano
Inflação	5,25% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	11,04% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

2011

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,25% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,25% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,50% ao ano
Inflação	5,50% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	8,65% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

2012

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	9,75% ao ano
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	9,75% ao ano
Crescimentos Salariais Futuros	3,53% ao ano
Inflação	5,50% ao ano
Crescimento dos Custos Médicos	8,65% ao ano

Hipóteses Demográficas

Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	Experiência da FUSAN

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados para os exercícios de 2010, 2011 e 2012:

2010

<u>Descrição</u>	<u>Plano de Aposentadoria</u>	<u>Plano de Assistência Médica</u>
Participantes Ativos		
Número	6.434	(a) 2.731
Idade Média	40,0	47,7
Tempo de Serviço Médio	12,2	-
Idade Média de Aposentadoria	52,5	-
Salário de Participação Médio	R\$2.718,39	-
Folha Mensal	R\$17.490.121,26	-
Participantes Aposentados		
Número	1.683	(b) 4.471
Idade Média	62,3	53,7
Benefício Médio Mensal	R\$1.306,92	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	493	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	51,3	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$865,28	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

2011

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	6.481	(a) 2.718
Idade Média	40,8	48,7
Tempo de Serviço Médio	12,9	-
Idade Média de Aposentadoria	52,4	-
Salário de Participação Médio	R\$2.926,72	-
Folha Mensal	R\$18.968.072,32	-
Participantes Aposentados		
Número	1.685	(b) 4.387
Idade Média	63,0	55,1
Benefício Médio Mensal	R\$1.400,93	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	515	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	53,0	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$906,20	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

2012

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	6.834	(a) 2.604
Idade Média	41,0	49,4
Tempo de Serviço Médio	12,6	-
Idade Média de Aposentadoria	52,4	-
Salário de Participação Médio	R\$3.428,41	-
Folha Mensal	R\$23.429.753,94	-
Participantes Aposentados		
Número	1.688	(b) 4.437
Idade Média	63,7	56,1
Benefício Médio Mensal	R\$1.510,20	-
Pensionistas		
Número de Pensionistas	535	-
Média de Idade de Todos os Pensionistas	54,4	-
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$967,60	-

(a) Impacto atuarial sobre os participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

(b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica dos exercícios de 2010, 2011 e 2012:

2010

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.836	78,00
19 a 23 anos	1.120	111,98
24 a 28 anos	94	116,68
29 a 33 anos	194	133,86
34 a 38 anos	364	139,50
39 a 43 anos	1.001	182,80
44 a 48 anos	1.552	190,47
49 a 53 anos	1.628	251,08
54 a 58 anos	1.555	261,62
59 anos ou mais	2.295	281,15

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

2011

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.593	81,12
19 a 23 anos	1.085	116,46
24 a 28 anos	76	122,51
29 a 33 anos	175	139,21
34 a 38 anos	301	146,47
39 a 43 anos	867	190,11
44 a 48 anos	1.457	199,99
49 a 53 anos	1.619	261,12
54 a 58 anos	1.593	274,70
59 anos ou mais	2.568	297,89

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

2012

Faixa Etária	Total de Beneficiários¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.335	96,92
19 a 23 anos	998	139,15
24 a 28 anos	35	146,37
29 a 33 anos	145	166,33
34 a 38 anos	277	175,00
39 a 43 anos	722	227,14
44 a 48 anos	1.359	238,95
49 a 53 anos	1.549	311,09
54 a 58 anos	1.692	328,21
59 anos ou mais	2.751	355,92

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2012 a FUSAN obteve rentabilidade de 23,48% na sua carteira de investimentos, acima da meta atuarial de 12,30% (juros de 5,75% + INPC/IBGE), considerando a mudança de precificação de parte de seus ativos do critério de marcação na curva para marcação a mercado. Ao desconsiderar a mudança de precificação, a rentabilidade obtida no exercício foi 12,56%, também superior a meta Atuarial.

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos-2013, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

A alocação estratégica da carteira visa atingir os objetivos dos investimentos, descritas no quadro a seguir:

Segmento/ Mandato	Alocação %			Índice de Referência	Meta de Rentabilidade
	Objetivo	Mínimo	Máximo		
Renda fixa	76,7	30,0	100,0	CDI	INPC + 5,0% aa
Renda variável	10,8	0,0	35,0	Ibovespa	INPC + 10,0% aa
Investimentos Estruturados	3,7	0,0	10,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 8,0% aa
Investimento no Exterior	0,0	0,0	10,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa
Imóveis	2,5	0,0	8,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa
Operações com Participantes	6,3	0,0	15,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa

Composição da carteira de investimentos em 31/12/2012:

Descrição	Plano de Previdência	%
Renda fixa	734.865	76,6%
Renda variável	136.304	14,2%
Imóveis	20.452	2,1%
Operações com participantes	54.819	5,7%
Estruturados	12.858	1,4%
Total	959.298	100%

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;
- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas nessa Política de Investimentos;
- Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita naquela seção.

O Plano de Assistência à Saúde da Sanepar, administrado pela Fundação Sanepar de Assistência Social, é custeado em pré-pagamento, de acordo com a tabela acima, por contribuições mensais da Patrocinadora (Sanepar) de 70% do valor mensal, cabendo os 30% restantes aos Beneficiários Titulares.

Para os Beneficiários Dependentes, a participação da Patrocinadora no custeio do Plano varia de 50% até 70%, escalonada em função da faixa salarial dos Beneficiários Titulares.

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercícios de 2011, 2012 e 2013:

2011

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011
Custo do Serviço Corrente	1.838	10.212	12.050
Custo dos Juros	60.001	34.641	94.642
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(37.499)	(736)	(38.235)
Contribuições dos Empregados	(3.235)	-	(3.235)
Totais	21.105	44.117	65.222

2012

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2011
Custo do Serviço Corrente	2.255	11.865	14.120
Custo dos Juros	66.630	40.195	106.825
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(39.059)	(647)	(39.706)
Contribuições dos Empregados	(3.671)	-	(3.671)
Totais	26.155	51.413	77.568

2013

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2013
Custo do Serviço Corrente	4.295	17.249	21.544
Custo dos Juros	75.520	50.161	125.681
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(41.445)	(454)	(41.899)
Contribuições dos Empregados	(4.602)	-	(4.602)
Totais	33.768	66.956	100.724

CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.

A Companhia investiu em sistemas de coleta e tratamento de esgoto sanitário nos exercícios de 2010 a 2012 o montante de 691,5 milhões de reais, assim distribuídos:

2010 - 243,9 milhões de reais

2011 - 207,0 milhões de reais

2012 - 240,6 milhões de reais

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

Descrição	Valor Contábil		Valor Justo	
	2012	2011	2012	2011
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	219.175	140.292	219.175	140.292
Contas a Receber de Clientes, líquido	350.920	297.310	350.920	297.310
Total	570.095	437.602	570.095	437.602
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	960.479	949.160	960.479	949.160
Empreiteiros e Fornecedores	101.793	83.078	101.793	83.078
Título a Pagar	19.649	23.307	19.649	23.307
Total	1.081.921	1.055.545	1.081.921	1.055.545

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez, realizadas na Caixa Econômica Federal, em fundos de renda fixa, cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos do Governo Federal.

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água - ANA no valor de R\$ 5.550 (R\$ 5.196 em 2011); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, mencionada na nota 9 (2), no

valor de R\$ 8.426 (R\$ 7.884 em 2011), e R\$ 10.511 (R\$ 7.932 em 2011).

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Saldos no Início do Exercício	(1.694)	(1.977)
Ajuste a Valor Presente	527	283
Saldos no Final do Exercício	(1.167)	(1.694)

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 26 (vinte e seis) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2012, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

Obrigações Contratuais: em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ação, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os

seguintes índices: dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/ROL igual ou superior a 35%; EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,5. As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$ 29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter os seguintes índices econômicos-financeiros, apurados anualmente com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida igual ou maior que 1,5; margem EBITDA igual ou maior que 35%; dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$ 14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.511 (R\$ 7.932 em 2011).

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

Outras Contas: segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização e de mercado em 31 de dezembro de 2012. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa impactar de forma significativa os montantes registrados.

Risco de negócio: O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,2 milhões de pessoas com água tratada e 6,3 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não

impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2012	2011
TR	723.662	751.406
TJLP	236.817	197.754
	960.479	949.160

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% a mais ou menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$ 2.177 e R\$4.354 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Paraná urbano II	TJLP	(50)	50	(100)	100
Caixa Econômica Federal – CEF	TR	(391)	391	(782)	782
Banco do Brasil S/A	TR	(60)	60	(120)	120
Debêntures	TJLP	(310)	310	(620)	620
Debêntures 2ª Emissão	TJLP	(275)	275	(550)	550
BNDES	TJLP	(1.091)	1.091	(2.182)	2.182
Efeitos no Lucro antes da Tributação		(2.177)	2.177	(4.354)	4.354

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

10.6 Com relação aos controles adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

10.6.a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

No planejamento e execução da nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (Companhia) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, levamos em consideração sua estrutura de controle interno para determinar os nossos procedimentos de auditoria com a finalidade de expressar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, e

não para oferecer uma garantia sobre a estrutura de controle interno. Nosso estudo e avaliação da estrutura de controle interno não revelariam necessariamente todos os assuntos que poderiam constituir fraquezas significativas, de acordo com as normas profissionais.

Como parte integrante de nosso estudo e avaliação da estrutura de controles internos, nossos exames incluíram procedimentos para avaliar sua qualidade e adequação, incluindo os riscos inerentes, de forma a estabelecer o grau de confiança que nele podemos depositar e, em função dessa confiança, determinar quais os procedimentos e em que extensão devem ser aplicados, de forma a nos proporcionar condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e não sobre a eficiência dos sistemas que geram as demonstrações financeiras.

10.6.b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

Uma fraqueza significativa é uma condição na qual o modelo ou o funcionamento de um ou mais elementos específicos da estrutura de controle interno não reduz a nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras que estão sendo auditadas, e não serem detectados, em tempo hábil, pelos funcionários durante o curso normal de execução das funções que lhes são atribuídas. Entretanto não notamos nenhum problema que envolve a estrutura de controle interno e seu funcionamento, que consideramos fraquezas significativas, conforme definido acima.

I - Principais assuntos sobre os procedimentos contábeis e controles internos:

1. Títulos vencidos reclassificados para o Longo Prazo e PCLD

Verificamos que a Companhia reclassificou, integralmente, os títulos vencidos há mais de 01 (um) ano das prefeituras para o longo prazo.

Em 31/12/2012 o saldo reclassificado era de R\$ 56.424 mil sendo que R\$ 47.563 mil (equivalente aos títulos vencidos a mais de 02 anos) estavam provisionados para perda. Não fomos informados a respeito de nenhuma renegociação ou postergação de prazo que justificasse esta reclassificação e que este procedimento se deve ao fato da companhia esperar que esses títulos não sejam liquidados no curto prazo.

Visto que o motivo da reclassificação é a possibilidade de inadimplimento, recomendamos que a companhia reveja seu critério de provisão para perda a fim de incluir saldos mais recentes de clientes (principalmente prefeituras) com problemas de recebimento e que registre no Longo Prazo somente os títulos cujo vencimento exceda 12 (doze) meses da data de encerramento do exercício.

Comentários da Gerência

A Administração da Companhia irá rever esse procedimento e, se for o caso, alterará a forma de registro das provisões.

2. Critério de constituição PCLD

Verificamos que a Companhia provisiona as faturas dos clientes particulares e federais vencidas há mais de 180 dias e as faturas dos clientes municipais vencidas há mais de 02 anos. Entretanto a Companhia não faz uma análise individual dos clientes provisionados a fim de verificar a recuperabilidade das faturas vencidas a menos tempo, nem leva em conta o histórico de perdas efetivas ao longo do tempo.

Ao avaliarmos a razoabilidade da provisão em 31 de dezembro de 2012, analisamos os créditos referentes aos municípios provisionados como crédito de liquidação duvidosa e verificamos que a Companhia possui R\$ 19,3 milhões em faturas vencidas há menos de dois anos, referentes a municípios com histórico de inadimplência sem análise e que não estão provisionadas. Os principais exemplos são os municípios de Foz do Iguaçu e Ponta Grossa cujas faturas a vencer e vencidas em menos de dois anos somam R\$ 4,4 milhões e R\$ 7,7 milhões, respectivamente.

A base de cálculo da PCLD é outro ponto a ser observado, pois a companhia utiliza um relatório de títulos vencidos por idade de vencimento que não é conciliado com o saldo contábil, pois inclui serviços, como a coleta de lixo, que não são recebíveis da Sanepar. Em 31 de dezembro de 2012, por exemplo, a companhia registrou R\$ 918 mil a maior como PCLD referente a estes serviços.

Recomendamos que a Companhia aprimore seu critério de provisão para créditos de liquidação duvidosa, classificando os clientes por risco de perda, de modo que seu saldo de contas a receber reflita o mais próximo possível da realidade sob o ponto de vista de sua recuperabilidade.

Comentários da Gerência

A Administração utiliza este critério por entender que os montantes das provisões são suficientes e adequados até o encerramento das demonstrações financeiras do exercício de 2012.

A Companhia registra diretamente como perdas o montante das contas vencidas há mais de 180 dias de Clientes Particulares e Órgãos Públicos Federais, levando em consideração o saldo vencido, conforme preconizado na legislação fiscal.

Para as contas vencidas do setor público municipal, a companhia efetua provisão dos montantes vencidos há mais de 02 anos, levando em consideração o tempo de negociação para a realização de parcelamentos, renovações de concessões e a viabilização de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto a Sanepar.

Contudo, a Companhia irá revisar o seu critério de constituição de PCLD para o setor público municipal.

Quanto à utilização de valores não recebíveis na composição da base de cálculo da PCLD, a Sanepar está reestruturando os critérios desta composição, fato que acarretará na aplicação dos critérios gerenciais estabelecidos, sobre os dados comerciais, resultando inclusive na melhoria do processo, por intermédio de uma "integração" dos lançamentos contábeis necessários para o respectivo registro contábil.

3. Ausência de Registro de AVP Ajuste a Valor Presente sobre o ativo financeiro

Verificamos que a Companhia não registra Ajuste a Valor Presente do saldo de Ativo Financeiro relativo aos Contratos de Programa firmados em 2012.

Em dezembro de 2012, calculamos o AVP sobre o saldo de R\$ 32.237 mil do ativo financeiro e obtivemos um valor de R\$ 23.057 mil, o qual está descrito em nosso Sumário de Diferenças de Auditoria.

Como o ativo financeiro trata-se de um valor recuperável a longo prazo, recomendamos que a Companhia calcule o ativo a valor presente.

Comentários da Gerência

A Companhia registra no Ativo Financeiro, os valores referentes à expectativa de valor residual a receber ao final dos Contratos de

Programas. Esse Ativo Financeiro é constituído em função da vida útil dos ativos que ultrapassa o prazo dos Contratos de Programas.

Os valores são registrados pelo custo histórico, e não há previsão nos Contratos de Programas para a utilização de índice de correção, portanto, não se aplica neste caso o Ajuste a Valor Presente.

4. Pagamento de adicional sobre abono pecuniário sem formalização

Durante nosso entendimento do processo de folha de pagamento, recalculamos um pagamento de férias aleatório e verificamos que, além da gratificação (1/3 do salário), a Sanepar paga mais 1/3 sobre o Abono (Valor das férias vendidas), entretanto não recebemos nenhuma norma interna ou regimento que normatize tal procedimento.

Entendemos que tal procedimento deveria ser amplamente divulgado para todos os funcionários e formalizado adequadamente junto ao sindicato representativo dos funcionários para que não haja questionamentos legais a respeito de seu pagamento.

Portanto, a fim de evitar possíveis ações trabalhistas, recomendamos que a companhia formalize oficialmente este pagamento junto ao respectivo sindicato e o divulgue amplamente a todos os funcionários.

Comentários da Gerência

Desde a implementação do terço adicional a Sanepar efetua o pagamento de 1/3 das férias sobre os dias de abono pecuniário, isto porque quando da implantação da obrigatoriedade do pagamento do terço de férias, entendeu-se que o abono pecuniário também é remuneração, logo possui incidência para cálculo do referido terço da remuneração de férias.

5. Ausência de Relatório Analítico por funcionário do FGTS e INSS incidente sobre a provisão de gratificações de férias

Durante nossos procedimentos substantivos de cálculo da Folha de Pagamento e Encargos, verificamos que a SANEPAR não possui um relatório analítico por funcionário do FGTS e INSS incidente sobre a provisão das gratificações de férias.

Com a ausência dessa informação não foi possível confrontar nossos cálculos de encargos com a provisão do cliente.

Tendo em vista que a provisão é realizada mensalmente pelo sistema, recomendamos que seja criado um relatório que extraia

essas informações para que ela possa ser revisada e com isso gerar maior confiabilidade nos números provisionados.

Comentários da Gerência

A Companhia possui relatórios analíticos de provisões de férias, gratificação de férias e 13º salário por empregado. Entretanto, para os testes, foram realizados aleatoriamente cálculos por ficha funcional.

As provisões dos encargos de INSS e FGTS são percentuais incidentes sobre as provisões, essas são apresentadas de forma analítica, adotamos a conferência das provisões de encargos apenas pelo resumo geral da folha de pagamento, com totais por unidade e total da empresa. Realizamos testes aleatórios, por situação e por empregado.

Não obstante, encaminharemos a recomendação para nossa área de TI desenvolver relatório analítico, para vir a subsidiar os próximos trabalhos de auditoria e auxiliar nas conciliações das contas.

6. Registro Contábil das Contas Bancárias de Pagamento

Verificamos que a Sanepar trabalha com 3 contas bancárias (Uma conta no Banco Itaú e duas contas na Caixa Econômica Federal), as quais são utilizadas exclusivamente para pagamentos de "Teleprocessamento". As contas são para pagamentos de fornecedores e para o pagamento da folha.

Segundo a empresa, essas contas existem devido à solicitação dos Bancos para facilitar o controle dos pagamentos estornados ou rejeitados. Essas contas bancárias não são registradas contabilmente, pois segundo a empresa as contas sempre são conciliadas e não tendem a apresentar saldos, pois são apenas contas transitórias.

Solicitamos os extratos bancários destas contas e recebemos a informação da Tesouraria de que essas contas não eram conhecidas e não possuíam acessos para a obtenção dos extratos para a data base de 31 de Dezembro de 2012. Conforme resposta da circularização bancária, em outubro de 2012, o Banco Itaú C/C 1944-2 apresentava um saldo de 40.326,19, a Caixa C/C 2-0 apresentava um saldo de 15.892,66 e C/C 3-8 apresentava um saldo de 6.490,25. Por serem valores imateriais para a Sanepar e devido estes valores terem caráter transitório relativo a pagamentos de fornecedores ainda não compensados, mas que os mesmos já foram "baixados" na contabilidade, não propusemos ajustes.

Entretanto, recomendamos que exista um controle contábil dessas contas para refletir na contabilidade, possíveis saldos ao final do exercício.

Um modelo de contabilização destas contas transitórias poderia ser o seguinte:

1) No momento da transferência de numerários para essas contas:

D - Conta transitória pagamentos Conta BBB
C - Banco XXX

2) No momento do pagamento dos fornecedores:

D - Fornecedor XXX
D - Fornecedor YYY
D - Fornecedor AAA
C - Conta transitória pagamentos Conta BBB

Comentários da Gerência

A Companhia não possui três, mas quatro contas bancárias para transitar a realização de pagamentos aos credores e empregados, feitos por meio de teleprocessamento, discriminadas abaixo com os respectivos saldos em 31 de dezembro de 2012:

Banco do Brasil (Fornecedores)

Agência 3306 - conta corrente nº 3300-6 saldo R\$ 0,00

Caixa Econômica Federal (Folha de Pagamento)

Agência 3158 - conta corrente nº 2-0 saldo R\$ 12.270,45

Caixa Econômica Federal (Fornecedores)

Agência 3158 - conta corrente nº 3-8 saldo R\$ 4.230,20

Itaú Unibanco (Fornecedores)

Agência 4131 - conta corrente nº 01944-2 saldo R\$ 74.345,79

Estas contas são utilizadas para débito pelos Bancos dos pagamentos enviados pela Sanepar e em caso de rejeição de determinado pagamento ou devolução pelo banco de ordens de pagamento - OP's não sacadas, tais valores permanecem na referida conta até a efetiva regularização.

As rejeições ocorrem basicamente pelos seguintes motivos:

1. Informação incorreta pelos credores e/ou empregados/estagiários dos dados bancários, como nº da c/c ou agência;
2. Conta bancária informada já encerrada;
3. Credores e clientes que não retiram junto ao banco as OP's no prazo de 90 dias, retornando os valores para a conta de transmissão.

Os valores pendentes nestas contas não pertencem à Companhia, e à medida que os credores/empregados corrigem as informações, os valores são regularizados.

Ressaltamos ainda que a Unidade de Serviço Finanças - USFI e Unidade de Serviço de Recursos Humanos - USRH mantém relatórios internos de controle desses saldos, demonstrando a quem os créditos pertencem efetivamente e, além disso, esta sistemática é adotada há muitos anos e até a presente data não houve qualquer problema em relação à prática adotada, pelo que somos de opinião pela manutenção dos procedimentos atuais.

7. Falta de conciliação tempestiva dos Impostos

Durante nosso entendimento do processo de Impostos Diretos, verificamos que a companhia não possui controles auxiliares que possam ser conciliados com os saldos contábeis para as contas a seguir relacionadas:

Conta	Descrição
21431	IR RETIDO NA FONTE
21432	ISS RETIDO NA FONTE
21433	INSS RETIDO NA FONTE
21434	CSLL, COFINS E PIS/PASEP RETIDO NA FONTE

Fomos informados que esta é feita somente após o pagamento dos tributos. Entretanto, a ausência de controles auxiliares, e sua reconciliação periódica com a contabilidade, impossibilitam a identificação e regularização tempestiva de eventuais pendências, além de fazer com que sejam gerados demonstrativos contábeis incorretos.

Visando fortalecimento dos controles internos, recomendamos a elaboração tempestiva de uma posição auxiliar e a realização de uma conciliação formal e mensal dos saldos contábeis das contas acima citadas, a fim de possibilitar a conferência, em datas futuras, por pessoa independente da que as preparou.

Comentários da Gerência

Efetivamente, o método de conciliação até a data de 31/12/2012, era embasado na confrontação do saldo a recolher em relação ao efetivo recolhimento, fato que prolongava em um mês a obtenção dos saldos conciliados dos impostos e contribuições retidos na fonte, entretanto, a conciliação existia e eventuais pendências eram regularizadas.

Informamos que já existia projeto em 2012 para adequação desta demanda, e a partir de janeiro/2013, foi implantado o processo de conciliação de forma automática no sistema contábil (SC1), baseado na análise de saldos finais de cada período, analisando individualmente cada saldo dos documentos fiscais que tiveram retenção na fonte. Desta forma, todos os saldos "devedores", e todos os saldos "credores", em relação a cada nota fiscal, que não tiveram origem no mês são analisados antes do fechamento do período. Desta forma, para o exercício de 2013 a conciliação será em tempo adequado, fato que otimizou inclusive os esforços laborais dos profissionais envolvidos, já que agora as conciliações das pendências são efetuadas pelo próprio sistema.

8. Falta de customização de Relatórios Analíticos

Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, ficou evidente que alguns relatórios analíticos que poderiam ser utilizados nas análises dos departamentos da Sanepar, bem como no aprimoramento dos controles da Companhia não são gerados pelos sistemas informatizados. Alguns relatórios precisaram ser desenvolvidos pelo departamento de TI da Sanepar, como por exemplo, relatório Analítico de contas a receber e de fornecedores para atender aos testes de auditoria. Entretanto, é um processo demorado e que nem sempre apresenta exatidão nas primeiras informações, demandando horas adicionais da equipe de auditoria e da equipe de TI para verificação e customização dos relatórios com a contabilidade, e reuniões com o pessoal de TI para obtenção da informação correta.

O relatório de clientes a receber, por diversas vezes precisou ser gerado novamente por não estar conciliado com o Relatório resumo utilizado pela contabilidade e com os saldos contábeis.

Recomendamos o desenvolvimento destes relatórios e outros relatórios de forma analítica, e que os mesmos possam ser gerados em arquivo eletrônico para serem utilizados pela companhia como forma de controle e análises departamentais, principalmente na verificação da natureza, prazos e cálculos efetuados pelo sistema, bem como na conciliação dos saldos contábeis.

Comentários da Gerência

Entendemos que a empresa possui inúmeros relatórios analíticos e ferramentas que subsidiam a gestão de contas a receber pelas unidades regionais. Nos foi solicitado para testes relatórios com leiaute específico e dados analíticos conciliados com relatório resumo e posição contábil, o que demandou conferências e validações durante os próprios procedimentos de auditoria. As rotinas para manutenção da geração sistemática destes relatórios já foram implementadas.

A conciliação da conta fornecedores é realizada por vários mecanismos de confronto da base do Sistema Financeiro (contas a pagar) com a conta fornecedores e demais contas a pagar do sistema contábil da companhia, não existindo no final de cada período documentos não conciliados. O desenvolvimento de relatórios e arquivos eletrônicos podem auxiliar e facilitar ainda mais a conciliação e acompanhamento destas contas. Encaminharemos a recomendação para área de Finanças e TI.

9. Registro do saldo de Juros sobre Capital Próprio - Governo do Estado do Paraná

Identificamos que a Companhia possui em 31/12/12, saldo de R\$ 49.942 mil correspondente a Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2004 a pagar ao Governo do Estado do Paraná, registrado no passivo circulante, o qual vem sendo corrigido mensalmente. Este Saldo está em negociação com o Estado do Paraná juntamente com o saldo de Créditos para Aumento de Capital registrado no Passivo não circulante e não possui prazo de conclusão.

Considerando que não há, por parte da Sanepar, expectativa para pagamento em curto prazo dos juros sobre o capital próprio de 2004 e que a manutenção do registro deste saldo no passivo circulante distorce os indicadores da Companhia, entendemos que o mesmo deveria ser reclassificado para o passivo não circulante.

Comentários da Gerência

A Sanepar concorda com a recomendação e irá avaliar a possibilidade de reclassificar o saldo.

II - Principais assuntos fiscais

10. PIS e COFINS - Créditos sobre bens do ativo imobilizado - natureza dos itens

De acordo com a legislação¹ fiscal vigente, é assegurado aos contribuintes do PIS e da COFINS, sujeitos ao regime não cumulativo, a apropriação de créditos sobre encargos de depreciação de máquinas e equipamentos utilizados nas atividades de prestação de serviços da empresa.

1 Inciso VI do artigo 3º, da Lei nº 10.833/03.

Analisamos os itens que compõem o crédito do PIS e da COFINS e identificamos alguns que, pela natureza, podem ser questionados pelo fisco por não serem diretamente utilizados nas atividades fins de prestações de serviços desenvolvidas pela SANEPAR:

Telefone Marca Intelbras Modelo CP20

Cadeira Giratória Tecido Azul Royal, Modelo 4707

Interfone

Armário Em Madeira MDF em Fórmica Marfim

Nobreak Off Line Compact 600 Ns.218798 500va 110/220v 6/3a

Lavadora De Alta Pressão Eletrolux Mini

Chuveiro Lava-Olhos

Monitor De TV (p/ Circuito Fechado)

Motor Elétrico (p/ Portão Automático)

Mesa Com Teclado Retrátil e Suporte p/ CPU

Aparelho de Fax Marca Sharp - Modelo Uxp200 Série 47133383

Refrigerador Consul 280 Litros Cor Branca

Fogão 04 Bocas Marca Dako Modelo Luna

Sugerimos que a Companhia reavalie detalhadamente a natureza dos itens do ativo imobilizado que compõe a base de cálculo dos créditos do PIS e da COFINS, efetuando os ajustes fiscais e contábeis se necessários e, se for o caso, recolher as contribuições com os devidos acréscimos legais.

Ressaltamos que tal ponto se baseia em uma interpretação extensiva da lei, entretanto sua aplicação só é possível mediante normas e conceitos infralegais. Neste caso, existe um risco em potencial.

O departamento Fiscal mencionou que o seu departamento recebe mensalmente um valor fechado do departamento patrimonial sobre os bens que poderiam gerar créditos. Informou que desconhecia que o departamento patrimonial estava incluindo na lista de bens que geram créditos telefones e fogões, por exemplo. Argumentou que

desconhecia tal situação até porque o setor fiscal nunca havia solicitado ao setor patrimonial uma lista por bens que geram créditos. Mencionou que irá avaliar a representatividade dos itens que podem gerar questionamentos e estudará a possibilidade de parar de apropriar créditos desses bens específicos.

Comentários da Gerência

A Companhia utiliza como crédito no cálculo da COFINS/PASEP os encargos de depreciação e amortização dos bens adquiridos a partir de maio de 2004, controlados no Sistema de Gestão Patrimonial (SGP), alocados exclusivamente nos sistemas produtivos da Companhia, não compondo por tanto, aqueles bens das áreas administrativas.

Desta forma, vale esclarecer que os bens alocados nas áreas operacionais são essenciais para o pleno desempenho das atividades de produção. Em relação aos exemplos mencionados, citamos que a lavadora de alta pressão é essencial para lavagem de filtros; rotores, refrigerador e fogão são utilizados no laboratório. Já o chuveiro lava olhos é um equipamento obrigatório em locais que utilizam produtos químicos e somente existem em locais onde existem operadores de sistema.

Vale destacar que o montante dos itens mencionados desta natureza representa 0,1% dos valores utilizados como crédito de COFINS/PASEP.

11. PIS e COFINS - Créditos sobre insumos - forma de desconto dos créditos - crédito pela aquisição x crédito pela efetiva utilização dos insumos

A Lei nº 10.833/03 permite que créditos de PIS e COFINS sobre aquisições de mercadorias consideradas insumos nas atividades da Sociedade sejam descontados no próprio mês em que são adquiridas. Vejamos:

Art. 3º Do valor apurado na forma do art. 2º a pessoa jurídica poderá descontar créditos calculados em relação a:

(...)

II - bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes, exceto em relação ao pagamento de que trata o art. 2º da Lei nº 10.485, de 03 de julho de 2002, devido pelo fabricante ou importador, ao concessionário, pela intermediação ou entrega dos veículos classificados nas posições 87.03 e 87.04 da TIPI;

(...)

§ 1º Observado o disposto no § 15 deste artigo, o crédito será determinado mediante a aplicação da alíquota prevista no caput do art. 2º desta Lei sobre o valor:

I - dos itens mencionados nos incisos I e II do caput, adquiridos no mês;

Verificamos que a SANEPAR opta por não descontar créditos de PIS e COFINS sobre a totalidade das compras/aquisições que gerariam créditos no mês. O procedimento adotado pela SANEPAR é descontar créditos de acordo com a efetiva utilização dos insumos nas atividades da Sociedade, feita com base nas requisições de materiais do almoxarifado. Entendemos que o procedimento adotado pela Sociedade não causa ônus ao Fisco, e que a SANEPAR pode fazer referida opção.

Contudo, sugerimos à SANEPAR a elaboração de controle interno que fique disponível para consulta do Fisco e que permita ao Fisco observar que a Sociedade não está descontando mais créditos do que efetivamente tem direito.

Na sistemática de desconto de créditos adotada pela Sociedade, geralmente, o seguinte cenário ocorre, por exemplo:

Compras de insumos no mês que geram créditos: R\$ 100 mil

Insumos efetivamente utilizados na prestação de serviços sobre os quais a Sociedade descontou créditos: R\$ 80 mil

Entretanto, tendo em vista que a SANEPAR possui estoque de bens que serão utilizados como insumos, o seguinte cenário poderá ocorrer, por exemplo:

Compras de insumos no mês que geram créditos: R\$ 100 mil

Insumos efetivamente utilizados na prestação de serviços sobre os quais a Sociedade descontou créditos: R\$ 120 mil

Nesse último caso, pode o Fisco Federal questionar a SANEPAR sobre o motivo pelo qual a Sociedade descontou mais créditos do que o total de aquisições do mês. Tal fato exigiria um controle interno que comprovasse a movimentação de estoque e que demonstrasse que há justificativa para o desconto do crédito.

Observação: Ressaltamos que tal ponto se baseia em uma interpretação extensiva da lei, entretanto sua aplicação só é possível mediante normas e conceitos infralegais. Neste caso, existe um risco em potencial.

A Companhia argumentou que não possui o controle pronto, mas que, se necessário, em caso de fiscalização, conseguiria comprovar através do somatório das notas fiscais que comprou efetivamente as

mercadorias, e que, com base nas requisições do almoxarifado, o valor dos créditos descontados no mês.

Comentários da Gerência

Conforme define a legislação citada, o contribuinte "poderá" descontar os créditos relativos aos insumos diretamente ligados à produção pela "compra"/"aquisição". Entretanto, a SANEPAR, por deter postura conservadora, não realizou naquela época os créditos de abertura dos estoques quando da instituição das legislações da não-cumulatividade da COFINS/PIS-PASEP, adotando o critério de controlar os créditos na conta de estoque de produtos químicos, combustíveis e materiais de manutenção e utilizar no cálculo da COFINS/PASEP somente os valores que compõem efetivamente os custos classificáveis como passíveis de créditos.

De forma prática, a SANEPAR informa como passível de crédito, inclusive na EFD - Contribuições e DACON, todos os documentos fiscais que deram entrada no estoque nas contas contábeis pertinentes (produtos químicos, combustíveis e materiais de manutenção), mas somente utiliza pela real aplicação do estoque, ou seja, pelas requisições, pois eventualmente parte da compra que entrou no estoque de produtos químicos, não deu saída do estoque por uma conta de custo que conservadoramente a SANEPAR classifica como passível de crédito, efetuando o devido ajuste, nos campos apropriados da EFD - Contribuições e na DACON.

Como o saldo é controlado, para fins de cálculo da COFINS/PASEP pelos estoques, é claramente possível, que em um determinado mês, existam mais valores pelas requisições do que pelas entradas, devido ao próprio volume de créditos estocados. Toda a movimentação de estoques que forma os saldos é efetivamente demonstrada tanto na EFD - Contribuições e quanto no DACON.

Todos os créditos informados tanto na EFD - Contribuições quanto no DACON, tem origem nas notas que entraram no estoque da SANEPAR, é possível a qualquer tempo, demonstrar a origem de contabilização, tanto que estes documentos são demonstrados individualmente na própria EFD - Contribuições. Como a Sanepar utiliza os saldos contábeis dos custos diretamente ligados a produção, o próprio "diário" contábil, e demonstrações contábeis, que se encontram na ECD (Escrituração Contábil Digital), são respaldos para a Receita Federal do Brasil, a qualquer tempo, validar os dados do cálculo da COFINS/PASEP.

Entendemos que, se o Fisco Federal questionar a SANEPAR, temos o respaldo suficiente em nossos controles de estoque (SMA) e controles contábeis (SC1), que fornecem informações consolidadas com a movimentação dos estoques diretamente ligados a produção de

água e contabilização dos custos e despesas da COMPANHIA, informações estas, disponibilizadas ao Fisco por intermédio da EFD - Contribuições, ECD e DACON.

Desta forma fica claro que os controles existentes são suficientes, sendo desnecessário a criação de um relatório gerencial extra, pois estaríamos replicando as informações que já existem armazenadas eletronicamente nos sistemas de materiais e contábil. Lembrando que, existem relatórios de confrontação de saldos entre os sistemas corporativos e as informações que compõem a EFD - Contribuições e DACON.

12. Registros das Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento

Durante a execução de nossos trabalhos, verificamos que a Sanepar usufrui do benefício fiscal de Inovação Tecnológica, instituído pela Lei nº 11.196/205 e regulamentado pelo Decreto 5.798/06, sendo que para o ano de 2012 o valor da exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL foi de R\$ 508 mil.

Porém, constatamos que os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento utilizados no âmbito do incentivo não estão sendo contabilizados em conta específica, de maneira segregada dos demais custos e despesas relacionados às outras atividades da Companhia, conforme sugere o inciso I, artigo 10 do Decreto supracitado:

Art. 10. Os dispêndios e pagamentos de que tratam os arts. 3o ao 9o:

I - deverão ser controlados contabilmente em contas específicas

Muito embora o valor do incentivo esteja abaixo da materialidade, sugerimos que o procedimento adotado atualmente seja reavaliado de tal forma que os lançamentos contábeis referentes às despesas computadas no cálculo do incentivo fiscal em tela sejam realizados em contas específicas. Portanto, não descartamos a possibilidade de questionamentos por parte das autoridades fiscais, fundamentados nas exigências legais acima mencionadas.

Comentários da Gerência

A Companhia não criou uma "conta contábil" específica para "pesquisa e desenvolvimento", pois detém uma "área" (Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento - APD) para tanto, e esta área tem segmentação na própria escrituração contábil, por intermédio de seu centro de custo.

Desta forma, todos os valores utilizados como passíveis de usufruir os benefícios fiscais, da Lei do bem, estão respaldados e segmentados dentro da contabilidade, para fins de fiscalização, pelo centro de custo, fato que a Companhia entende ser suficiente para a comprovação dos gastos envolvidos em pesquisa e desenvolvimento.

III - Principais assuntos sobre o ambiente de Tecnologia da Informação

13. Revisão periódica dos perfis de acesso aos sistemas

Não há procedimento de revisão periódica dos usuários ativos nos sistemas FATOR RH, SAM, SFI, SCP, SC1 e SGP, a fim de identificar e revogar acessos indevidos e atualizar os perfis de acesso dos colaboradores de acordo com seus respectivos cargos/funções.

Verificamos que o procedimento de revisão periódica dos usuários ativos e seus respectivos perfis de acessos no sistema SGC, não geram evidências da revisão dos gestores responsáveis.

Não há procedimento formal definido para o processo de revisão dos acessos quando da transferência do colaborador, a fim de adequar os perfis de acessos para que sejam pertinentes com as funções desempenhadas atualmente.

Adicionalmente, para 6 usuários analisados, identificamos que 3 destes, possuem seus acessos em desacordo com suas funções, conforme confirmação dos seus respectivos gestores.

O risco no caso destes perfis é o acesso indevido e/ou não autorizado, podendo incorrer em perda de informações, modificações indevidas em dados críticos e acessos conflitantes.

Recomendamos que a Companhia adote os seguintes procedimentos para evitar que os riscos se materializem:

- Revisar periodicamente todos os perfis dos usuários registrados nos sistemas e documentar a aprovação formal dos gestores responsáveis. A documentação suporte deve evidenciar os responsáveis pela revisão e pelas aprovações, as datas, os usuários e perfis de acesso revisados e aprovados;

- Definição de controle, preferencialmente sistêmico, para solicitação de aprovação dos acessos de funcionários ao gestor responsável no caso de qualquer alteração de cargo ou lotação;

- Definição de prazo máximo para aprovação dos acessos de funcionários após a transferência;

- Definição de controle, preferencialmente sistêmico, para bloqueio de usuários transferidos cujo perfil de acesso não tenha sido aprovado pelo gestor dentro de prazo definido após a transferência.

Comentários da Gerência

A SANEPAR deu início ao projeto de segurança da informação no último trimestre de 2012. Neste projeto estão previstas ações relativas a todas as categorias inseridas no assunto Segurança da Informação. Para este item específico, podemos destacar as seguintes atividades que deverão ocorrer ao longo do biênio 2013/2014:

Avaliação para implantação de uma solução de gerenciamento de identidades, que possibilitará mapear e gerenciar automaticamente os perfis de acesso dos usuários de todos os sistemas suportados pela TI.

Criação e revisão de políticas de acesso a dados e ao ambiente de TI, incluindo regras para concessão e revisão de perfis de acesso.

Definição de procedimentos para revisão dos perfis de acesso com os gestores dos sistemas.

14. Monitoramento de acessos dos usuários nos sistemas

Não há procedimento de controle que contemple a análise e revisão de logs relacionados a atividades e transações do processo de TI consideradas críticas nos sistemas escopo da auditoria, tais como alteração de parâmetros de segurança, alteração nos perfis de acesso e concessão/revogação de acessos.

Assim, pode haver morosidade ou impossibilidade de identificação de acessos indevidos ou em desacordo com as políticas da Companhia.

Sugerimos que a Companhia defina procedimento formal de monitoramento de acessos que contemple os seguintes aspectos:

- Definição das operações críticas a serem monitoradas;
- Definição dos responsáveis pela revisão das trilhas de auditoria;
- Definição da periodicidade da revisão/monitoramento.

Comentários da Gerência

Para este item, o projeto de segurança da informação prevê as seguintes ações:

Revisão do ambiente para que seja possível incluir a geração de trilhas de auditoria em sistemas críticos que não possuem este recurso atualmente.

Definição de procedimentos para monitoramento dos acessos dos usuários nos sistemas baseado nas trilhas de auditoria.

Criação de políticas de monitoramento de acessos aos sistemas corporativos, com definição de responsáveis, periodicidade e demais características deste monitoramento.

15. Segregação de função nos processos de associação dos perfis de acesso

Atualmente, o departamento de TI é responsável pela criação do usuário no sistema, entretanto, a definição e associação dos perfis de acesso aos usuários, são de responsabilidade e execução dos gestores das áreas de negócio.

Tal procedimento pode acarretar em acesso indevido e/ou não autorizado, podendo incorrer em perda de informações e modificações indevidas em dados críticos.

Assim, recomendamos que a Companhia procure efetuar os seguintes procedimentos para evitar acessos indesejados:

- O papel de associação dos perfis de acesso aos usuários deve ser executado, única e exclusivamente, pelo departamento de TI.
- O privilégio de associação dos perfis de acesso aos usuários, deve ser restrito ao departamento de TI.

Comentários da Gerência

Conforme descrito no item 13 - Revisão periódica dos perfis de acesso, este tópico será tratado com a implantação de uma solução de gerenciamento de identidades. Com a instalação desta solução, após a aprovação do gestor, a efetivação do acesso será executada de forma automatizada pela própria ferramenta, sem a intervenção do gestor.

Atualmente os acessos dos usuários a recursos de TI são efetuados pela TI. Somente a associação dos perfis de acesso aos sistemas é administrada pelos gestores que tem conhecimento da necessidade de cada usuário. Desta forma, quando o gestor aprovar o acesso, a

mesma poderá ser implementada ou de forma automática ou através da TI.

16. Monitoramento das mudanças aplicadas em produção

A Companhia não possui controle de monitoramento das mudanças transportadas para produção, com a finalidade de identificar possíveis falhas não detectadas durante a especificação funcional e homologação.

Tal fato pode impossibilitar a identificação de erros não perceptíveis durante fase de testes, vinculados a mudanças aplicadas em ambiente de produção.

O monitoramento pós-implementação das mudanças deve ser efetuado com o intuito de identificar possíveis falhas em ambiente produtivo que não foram identificadas nas etapas de especificação, desenvolvimento e testes (adequabilidade da modificação em ambiente real).

Sob a perspectiva de auditoria, a natureza deste controle é detectiva, ou seja, não previne que o risco se materialize, mas identifica ou detecta falhas na execução de outros controles sobre as mudanças.

Para operacionalização de tal controle, pode-se definir um período de quarentena de acordo com a criticidade da modificação, onde os resultados decorrentes do programa modificado devem ser monitorados e reportados formalmente pela área usuária.

Comentários da Gerência

Atualmente os acessos dos usuários a recursos de TI são efetuados pela TI. Somente a associação dos perfis de acesso aos sistemas é administrada pelos gestores que tem conhecimento da necessidade de cada usuário. Desta forma, quando o gestor aprovar o acesso, a mesma poderá ser implementada ou de forma automática ou através da TI.

Já estão sendo definidos novos procedimentos para monitoramento das mudanças aplicadas em produção, que serão adotados a partir da implantação da nova metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

17. Segregação de funções nas etapas de gerenciamento de mudanças

Verificamos que não existe segregação de funções entre atividades presentes nas etapas do gerenciamento de mudança para aplicações desenvolvidas internamente. Atualmente o colaborador responsável

pelo desenvolvimento da solução, também é responsável pelo transporte da mudança para ambiente de produção. Adicionalmente, identificamos 01 colaborador da área de negócio com acesso ao transporte de mudanças para o ambiente de produção.

Ausência de segregação infere o risco de alterações no ambiente de produção sem o devido conhecimento e aprovação de comitê ou gestor da área usuária e da área de TI, potencializando alteração indevida de dados intencionalmente ou acidentalmente.

Recomendação:

Para todas as mudanças solicitadas, os funcionários responsáveis pela solicitação, desenvolvimento, aprovação e transporte para produção devem estar em grupos de autorização segregados, de forma que nenhum funcionário tenha acesso concomitante a mais de uma dessas atividades. Somente funcionários responsáveis pelo transporte devem ter acesso aos diretórios e ferramentas de transporte de produção.

Comentários da Gerência

Já está sendo definida nova metodologia de desenvolvimento e manutenção de sistemas, na qual os papéis e funções estão sendo revisados.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

10.7.a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Um dos marcos financeiros de 2011 foi a emissão de R\$ 395,2 milhões de debêntures não conversíveis em ações pela Sanepar, debêntures essas que foram totalmente subscritas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela BNDESPar, o braço de participações do banco. Esse valor, e mais R\$ 69,6 milhões de recursos próprios, farão parte dos investimentos da empresa nas obras de ampliação da rede de água e esgoto da empresa até 2014. O objetivo da Sanepar é manter o atendimento de 100% da população urbana com água tratada e aumentar a taxa de cobertura de esgotamento sanitário de 63,2% para 72% até 2014.

Os recursos obtidos serão investidos na substituição e assentamento de novas redes para distribuição de água tratada em 99 cidades. No sistema de esgoto serão implantados 1,2 mil quilômetros de redes coletoras e feitas 65 mil novas ligações prediais em 49 municípios.

10.7.b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Informamos que não houve desvios na aplicação dos recursos.

10.7.c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não se aplica.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor;

Informamos que inexistem itens irrelevantes e relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Sanepar.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

Conforme a resposta do item 10.8, não se aplica à Sanepar.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

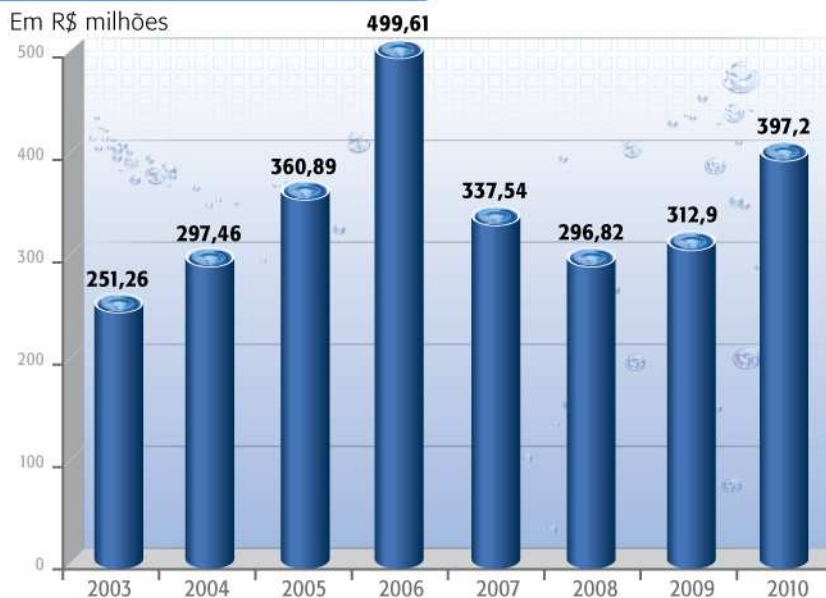
10.10.a. investimentos:

10.10.a.i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Investimentos em 2010

A Sanepar deu continuidade em 2010 aos investimentos focados na expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário. Com obras e empreendimentos inaugurados em diferentes regiões do estado, a Companhia garantiu maior abrangência a suas operações, colaborando para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Ao todo R\$ 397,2 milhões foram investidos no ano de 2010, valor 26,9% superior aos R\$ 312,9 milhões registrados no ano anterior.

Evolução dos investimentos



Do total investido, 61,4% foram destinados a obras para melhoria e expansão do sistema de esgotamento sanitário. Somados aos investimentos realizados nos últimos anos, esses recursos permitiram elevar para 62% o índice de atendimento à população urbana do Paraná com serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. Esse índice é o recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e coloca o Paraná em destaque no cenário brasileiro, pois a média nacional é de 51%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Entre as obras para ampliação do sistema de esgotamento sanitário destaca-se a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Vassoural, em Guarapuava, uma das maiores cidades da região Centro-Oeste do Paraná, com 167,4 mil habitantes. Projetada para acompanhar o crescimento populacional do município pelos próximos 30 anos, a ETE permitirá elevar para 80% o índice mínimo de coleta de esgoto, que será 100% tratado.

A ETE Vassoural começou a ser construída em julho de 2009, com investimentos próprios da Sanepar, do governo do estado e do governo federal. Ao todo foram investidos R\$ 14 milhões na obra, composta por laboratório, desarenador, caixa de areia, três reatores anaeróbios - cada um com capacidade de tratamento de 80 litros de esgoto por segundo -, filtro biológico, decantador, seis leitos de secagem de lodo, casa de centrífuga e pátio de cura, além do sistema de desidratação e inertização de lodo de esgoto.

A 70 quilômetros de Guarapuava, no município de Candoí, a Sanepar inaugurou outra ETE, beneficiando 8,8 mil pessoas. A obra recebeu

investimentos da ordem de R\$ 2,3 milhões e atende a 27% da população do município com coleta e tratamento de esgoto.

Outras regiões do estado também se beneficiaram com os investimentos realizados pela Sanepar na área de esgotamento sanitário. Em Maringá, R\$ 3,5 milhões foram aplicados na implantação de 31 mil metros de redes e 1,5 mil ligações prediais. Essas obras contribuíram para que o índice de atendimento à população urbana da cidade alcançasse a marca de 96%, a maior do estado e uma das maiores do país.

No Sudoeste do Paraná a Sanepar inaugurou a Estação de Tratamento de Esgoto Sarandi, no município de Realeza. Resultado de um investimento de R\$ 4,3 milhões, a nova ETE tem capacidade para tratar 25 litros de esgoto por segundo. Além da estação, foram implantados 1,8 mil metros de interceptores e 50,7 mil metros de redes coletoras. A obra permitiu integrar ao sistema mais 2.050 ligações, beneficiando os moradores dos bairros Nossa Senhora Aparecida, João Paulo II, Padre Josimo e Centro.

Em Rolândia, no Norte do estado, a Sanepar iniciou a implantação de 61 quilômetros de rede coletora, uma obra que exigiu investimentos de R\$ 13,3 milhões. Assim mais 4,3 mil famílias da cidade passam a ter o esgoto de suas residências coletado e tratado, elevando o índice de atendimento para 65% da população do município.



Transtorno Mínimo

Em todas as obras que realiza a Sanepar se empenha para causar o menor transtorno possível à população e ao meio ambiente. Exemplo

disso foi uma obra iniciada no mês de novembro em Curitiba. A implantação da rede de esgoto na Avenida Getulio Vargas, uma das mais movimentadas da capital, exigiu a adoção de tecnologias e processos diferenciados a fim de não atrapalhar o trânsito de veículos e pedestres.

Suspensa por um guindaste, a tubulação foi inserida em um túnel de 70 centímetros de diâmetro, ao longo de 350 metros. A implantação dos tubos sem a abertura de valetas faz parte da solução encontrada pela Sanepar para corrigir problemas encontrados na rede coletora de esgoto. Enterrada a 8,5 metros de profundidade, a nova rede exigiu investimentos de R\$ 725 mil e contribuirá para a despoluição da Bacia do Rio Água Verde.

Água

Em 2010 cerca de R\$ 118,9 milhões foram investidos pela Sanepar em implantação, ampliação e melhorias de sistemas de abastecimento de água que contribuíram para manter em 100% o índice de atendimento à população urbana das áreas onde a Companhia atua.

Em Ponta Grossa 6 mil metros de tubulação foram implantados para reforçar a rede de distribuição de água tratada em regiões que registraram grande aumento demográfico nos últimos anos, abrangendo 21 bairros. A obra demandou R\$ 1,4 milhão em investimentos e beneficiou aproximadamente 133 mil pessoas.

Na cidade de Londrina os investimentos no sistema integrado Londrina/Cambé chegaram a R\$ 6,3 milhões. Para reforçar o abastecimento de água no município foram implantados 60,1 quilômetros de anéis de distribuição, três válvulas controladoras de pressão, 11 travessias e duas interligações em reservatórios de água já existentes. As obras beneficiaram cerca de 610 mil pessoas.

A população de Apucarana também foi beneficiada pelas melhorias no sistema de abastecimento de água realizadas pela Sanepar em 2010. Com R\$ 1,3 milhão em investimentos as obras reforçaram o processo de tratamento, incluindo a construção de reservatório de equalização, estações elevatórias, casa de centrífuga, dosadoras de polieletrólito e outros equipamentos, além de uma elevatória de lodo adensado.

Obras do PAC

A Sanepar deu continuidade à execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC - Saneamento) em diversas regiões do Paraná. Os investimentos provenientes do PAC totalizaram R\$ 166 milhões em 2010. Ao longo do ano foram concluídas obras do PAC que

beneficiaram os habitantes de Cerro Azul, Fazenda Rio Grande, Mandirituba, Tunas do Paraná, Umuarama, Santo Antônio do Sudoeste, Ponta Grossa e Guarapuava, onde foi inaugurado o empreendimento mais expressivo do ano: a ETE Vassoural, que contou com R\$ 12,4 milhões em recursos do PAC.

Avanços

O ano de 2010 também foi marcado por um importante avanço na relação entre a Sanepar e as empreiteiras responsáveis pela execução de suas obras. A Companhia desenvolveu um estudo sobre a aplicação da BDI - Bonificação de Despesas Indiretas, fator de custo que tem por finalidade remunerar as despesas não apresentadas previamente no orçamento da obra. Como resultado desse trabalho a Sanepar passou a extratificar a BDI conforme o porte da obra. Aliado a uma nova tabela de preços, esse processo contribuiu para resolver um dos maiores gargalos na relação com fornecedores e atrair novos parceiros.

Suporte Administrativo

Além das obras que levam mais saúde e qualidade de vida aos paranaenses, a Sanepar investe continuamente na melhoria de sua infraestrutura administrativa, o que resulta em qualidade no atendimento aos usuários. Entre os principais investimentos de 2010 estão a atualização dos sistemas de Tecnologia de Comunicação e Informação da Companhia, com a substituição de computadores e a implantação de um novo Centro de Processamento de Dados (CPD).

Com investimentos da ordem de R\$ 10 milhões, o novo CPD ampliará em 50% a capacidade de processamento de informações da Sanepar, garantindo maior segurança aos sistemas. Em paralelo à modernização das máquinas, a Companhia investe na utilização de softwares livres e no desenvolvimento de sistemas próprios para gerenciar suas atividades.

Investimentos em 2011

Para manter e ampliar seus sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em 2011 a Sanepar investiu R\$ 354,2 milhões. No total, 203 cidades receberam esses recursos. Em 63 houve a conclusão de 97 obras e em outras 140 localidades existem 241 projetos em andamento. Olhando à frente, mais 114 obras em 76 municípios tiveram os processos de licitação abertos. Os investimentos foram feitos na modernização e readequação das estações de tratamento de água e esgoto, necessárias para atender ao aumento da demanda por água tratada em todas as regiões do

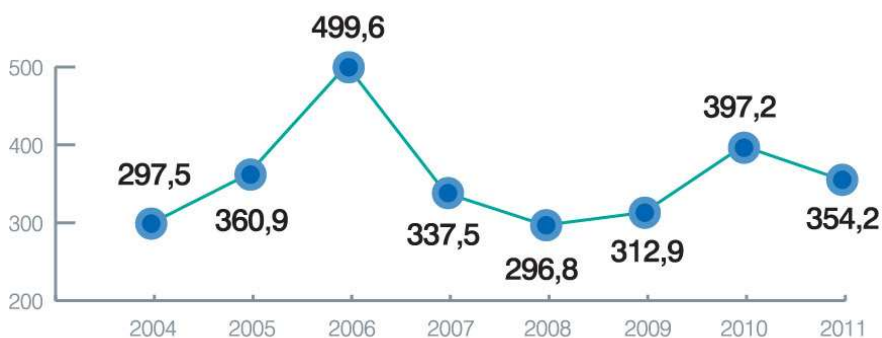
Estado e para preparar a rede de esgotamento sanitário para o expressivo crescimento da cobertura que acontecerá nos próximos anos.

Um plano plurianual de investimentos foi desenhado para atender as necessidades de água, esgoto e resíduos sólidos mais prementes do Estado do Paraná. Esse plano será o norte a ser seguido pela empresa nos próximos anos e estão previstos investimentos de R\$ 2 bilhões até 2014.

As cidades com menos de 50 mil habitantes também serão contempladas com obras da Sanepar. Em dezembro, projetos da empresa garantiram recursos de R\$ 260 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, para ampliação e instalação de redes de água e esgoto em pequenos municípios paranaenses.

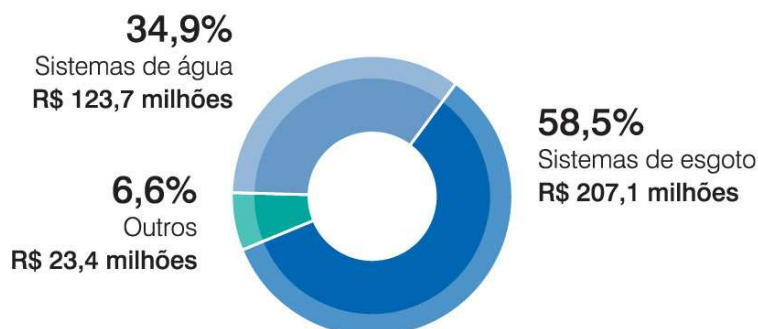
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Em R\$ milhões



DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Em 2011



Força-tarefa multiplica em cinco vezes investimento em projetos

Em 2011, a Sanepar fortaleceu a estrutura da Diretoria de Investimentos, responsável por elaborar projetos e obras da Companhia. Um dos principais trabalhos realizados foi a organização de todos os processos da diretoria, com um ajuste nos indicadores de avaliação que permitissem a todos os envolvidos ter metas claras a serem alcançadas.

O primeiro marco da Diretoria foi a criação de uma força-tarefa com profissionais para acelerar o desenvolvimento e a readequação de projetos e o andamento de obras em todo o Paraná. O resultado foi que a Sanepar licitou quase R\$ 25 milhões em projetos em 2011, número cinco vezes maior que o registrado em 2010. Esse trabalho garante a perspectiva de novos investimentos da Companhia, a redução dos prazos de implantação e uma melhor gestão sobre a execução das obras, o que acelerará o atendimento à demanda reprimida.

O trabalho também manterá o fluxo de recursos para a Sanepar, pois os financiamentos para obras de saneamento só podem ser contratados mediante a apresentação de projetos executivos. O volume de investimentos e obras executadas também resultou em maior concorrência nas licitações em 2011, atraindo empresas de outros estados.

Outra iniciativa foi a Chamada Pública para avaliar estudos, projetos e oportunidades de negócios na área de saneamento. O objetivo da Chamada Pública é atrair ideias e projetos que possam contribuir com o compromisso da Sanepar de universalizar o saneamento. Os melhores projetos serão selecionados por técnicos da Sanepar e poderão ter a empresa como parceira.

300 mil pessoas beneficiadas com melhorias na rede em Curitiba

Em 2011 a Sanepar investiu R\$ 4,7 milhões em obras para a instalação de novos equipamentos na rede de distribuição de água na região Leste de Curitiba. Novas válvulas de manobra e novos macromedidores beneficiaram 21 bairros da capital, que somam uma população estimada de 300 mil pessoas, para tornar mais eficiente o abastecimento e diminuir os riscos de falta de água.

Nova tecnologia garante abastecimento em Londrina

Na Região de Londrina, a Sanepar investiu R\$ 15 milhões para construir dois novos poços que retiram água do Aquífero Guarani. São os dois maiores poços da empresa. Juntos, produzem 17,3 milhões de litros de água por dia, o que aumentou em 10% a produção em Londrina, para 207 milhões de litros de água por dia.

A água é captada a mil metros de profundidade e passa por uma inédita tecnologia de resfriamento, após sair do poço a uma temperatura de 50° C. A obra incluiu a implantação de 9,2 quilômetros de tubulações para interligar os poços, que margeiam o Ribeirão Jacutinga, com os centros de reservação Semíramis, Vivi Xavier e Norte, e a construção de unidade de tratamento para correção de pH, desinfecção e resfriamento da água.

Ainda em Londrina, mais 7.294 imóveis puderam se conectar à rede coletora de esgoto da cidade. Com isso, a cidade chega ao final de 2011 com um índice de cobertura de rede de esgotamento sanitário acima dos 90%. Foram investidos R\$ 27,2 milhões em obras de ampliação da rede e na implantação de estações elevatórias e da Estação de Tratamento Esperança.

Mandaguari tem estação de tratamento de esgoto ampliada

A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Mandaguari foi ampliada e reformada em 2011, um investimento de aproximadamente R\$ 2,8 milhões, recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além da reforma e implantação de novas unidades na ETE, também foram construídos um coletor final de esgoto para envio à unidade de tratamento, com 259 metros de extensão, travessia aérea sobre o Ribeirão Tabatinga, rede coletora e 914 ligações de esgoto no Jardim Progresso, beneficiando aproximadamente cinco mil pessoas.

Sudoeste do Paraná tem abastecimento de água melhorado

A melhoria do sistema de abastecimento de água em Pato Branco recebeu investimentos de R\$ 266 mil. As obras, que beneficiaram os cerca de 18 mil moradores da Região Sul da cidade, incluíram o assentamento de 1,3 mil metros de rede, o que aumentou em 46% o volume e a vazão de água para a região, que sofria com a interrupção ocasional do fornecimento de água quando o consumo ultrapassava a demanda média.

Nas cidades próximas a Pato Branco, a Sanepar investiu na melhoria do atendimento à população. Em São João, um reforço na tubulação que leva água do rio Capivara à Estação de Tratamento de Água (ETA) permitiu a produção de mais 10 mil litros por hora, um investimento de R\$ 265,9 mil que beneficiou cerca de 2 mil habitantes da cidade. No município de Clevelândia, começou a funcionar em fevereiro um novo poço, aumentando a produção de água na cidade em 50 mil litros por hora. Para interligar o poço à ETA foram construídos 5,3 mil metros de rede. O investimento foi de cerca de R\$ 1 milhão e beneficiou mais de 15 mil habitantes.

Rede de abastecimento de Maringá é renovada

Em fevereiro foi concluída a troca de 128 mil metros da antiga rede de abastecimento de água de ferro fundido por nova tubulação em PVC, um investimento de R\$ 5,87 milhões.

Além disso, também foram substituídas e padronizadas mais de 10 mil ligações prediais na cidade. A mudança permitiu a melhoria no sistema de distribuição de água na cidade, com menos perdas para a empresa e menor necessidade de manutenção, além de aumentar a pressão da água distribuída nas regiões beneficiadas. Também foram investidos R\$ 1,73 milhão para reforçar o abastecimento de água de 30 bairros da Região Norte da cidade, com a implantação de 10 mil metros de redes e anéis de distribuição.

Obras de ampliação em Foz do Iguaçu entregues antes do prazo

As obras de ampliação da rede coletora de esgoto na região de Três Lagoas, em Foz do Iguaçu, foram entregues um ano antes do prazo previsto, em novembro de 2011. Foram assentados 37,2 quilômetros de tubulação para coletar o esgoto de sete bairros da região de Três Lagoas, em Foz do Iguaçu e transportá-lo até a Estação de Tratamento de Esgoto Três Lagoas, onde o efluente é tratado.

Apucarana recebe ampliação da rede de esgoto

Em agosto, mais 20.500 moradores de Apucarana passaram a contar com o serviço de coleta e tratamento de esgoto. O benefício é resultado de investimentos de R\$ 10 milhões feitos na implantação de 113 km de rede de esgoto, 2,6 km de linha de recalque, 2,9 km de emissários e 7,8 km de interceptores, além da construção da Estação Elevatória de Esgoto Raposa. E no fim de 2011 entraram em funcionamento dois novos poços na cidade:

- o Country, com produção de 56 mil litros por hora, para atender cerca de quatro mil moradores dos bairros Jardim Aclimação, Flores, São Pedro e Morada do Sol;
- o poço Rafael Sorphile, com produção de 90 mil litros por hora, para abastecer seis mil moradores dos Jardins Ponta Grossa, Planalto e Alvorada.

Também foram implantados 19 km de nova tubulação em calçadas para substituir 11 km da rede atual, de ferro fundido. Nessas obras foram investidos em torno de R\$ 1 milhão.

Novas obras em Toledo

Foi concluída em 2011 a implantação de 5,2 mil metros de novas tubulações nas regiões dos bairros São Francisco, I e II, Panorama, Belo Horizonte, Kromam, Loteamento das Torres e Cezar

Parque, em Toledo, no Oeste do Paraná, um investimento de R\$ 407 mil.

Novos reservatórios garantem abastecimento no Extremo Oeste

A Sanepar investiu cerca de R\$ 1,4 milhão na ampliação dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Medianeira, Missal e Serranópolis do Iguaçu. Em Medianeira, o sistema ganhará reforço de 15% na capacidade de produção de água com a instalação de um poço tubular profundo e a implantação de 1.810 metros de adutora para transporte da água a ser tratada. Já em Serranópolis do Iguaçu, município vizinho de Medianeira, o sistema de abastecimento contará com a instalação do novo reservatório e com a execução de 1.347 metros de rede de distribuição de água. A capacidade de reservação de água será ampliada em 30% e permitirá o abastecimento para os loteamentos e para o Distrito Industrial que estão sendo implantados na cidade. Em Missal, a instalação de mais um poço vai permitir aumentar a produção diária que hoje é, em média, de 1.000 m³/dia para 1.360 m³/dia. Esta produção deve ser suficiente para os próximos cinco anos. Além do poço, estão sendo executados mais 2,2 quilômetros de adutora.

Guaraniaçu tem água garantida para os próximos 10 anos

Em junho foram concluídas as obras de interligação e iniciado o funcionamento de um novo poço que vai garantir pelos próximos 10 anos o abastecimento de água em Guaraniaçu, município de 15.000 habitantes na região Oeste do Paraná. O poço tem capacidade para produzir mais de 1,4 milhão de litros de água por dia, e recebeu investimentos de R\$ 1,02 milhão na sua construção.

Ampliada rede de esgoto em Arapoti

A cidade de Arapoti recebeu investimentos de R\$ 3,3 milhões na ampliação e melhoria dos sistemas de água e de esgoto. Entre as principais obras estiveram a execução da estação elevatória de esgoto, 1.464 ligações domiciliares, implantação de 28 quilômetros de rede coletora e 1.300 metros de linha de recalque. O projeto de ampliação do sistema também exigiu a implantação de cinco travessias - duas sobre o Arroio Burrinho, duas sobre o Arroio Lajeado e uma sob a rodovia Governador Parigot de Souza.

Novo poço aumenta abastecimento em Cascavel

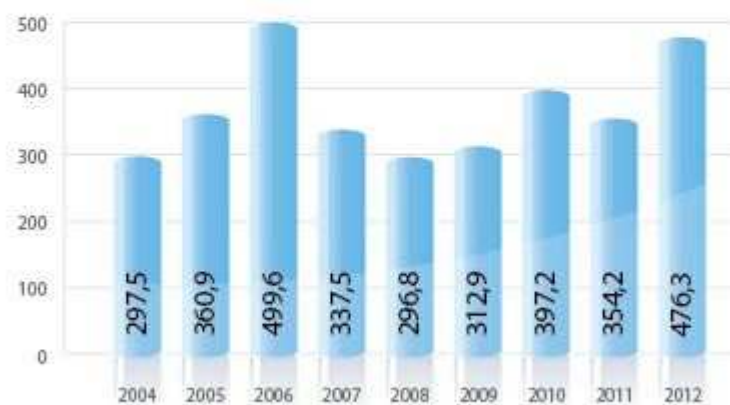
Em outubro entrou em operação mais um poço para ampliar a produção de água tratada de Cascavel. A unidade está instalada no Bairro Cancelli e produz em média 180 mil litros de água por hora. Agora, este poço integra o sistema de abastecimento da cidade, que conta com três mananciais superficiais e mais 12 poços para atender 100%

da área urbana da cidade. O investimento total no poço foi de R\$ 1,4 milhão.

Investimentos em 2012

A retomada da capacidade de executar projetos foi fundamental para que o volume de investimentos, em 2012, pudesse ser acelerado para ampliar os sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. Os recursos contratados, ainda em 2011, permitiram que a empresa começasse a entregar em 2012 ampliações e melhorias nos sistemas em diversas regiões do Estado, o que também contribuiu para o desenvolvimento econômico sustentável dessas regiões. A Sanepar investiu no ano R\$ 476,3 milhões, volume 34,5% superior aos R\$ 354,2 milhões investidos no ano anterior.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS
(Em R\$ milhões)

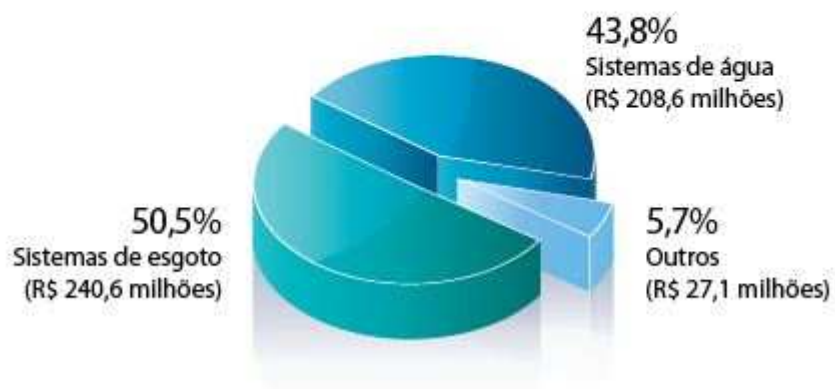


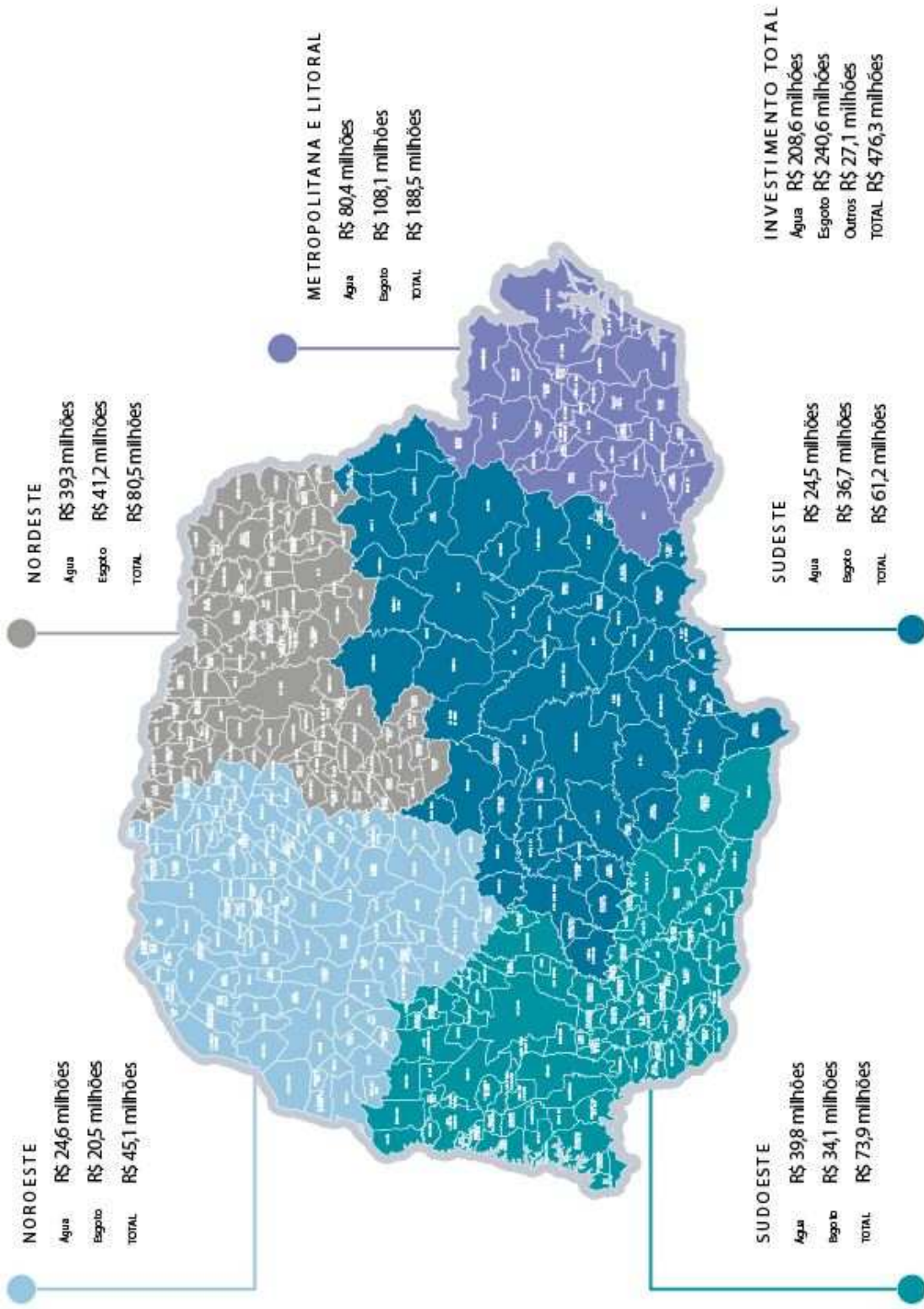
Todos os trabalhos fazem parte do plano plurianual de investimentos, que prevê a aplicação de cerca de R\$ 2 bilhões no triênio 2012-2014 em obras nos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

A ação iniciada em 2011, de implantar um mutirão para acelerar o desenvolvimento e readequação de projetos, foi institucionalizada, e baseiam toda a atuação da Companhia, pois possibilitam o acesso aos recursos de financiamento disponíveis para saneamento ambiental. Em 2012, a Sanepar licitou aproximadamente R\$ 35 milhões em projetos, que posteriormente serão transformados em obras, um volume três vezes maior que o realizado em 2011 e sete vezes maior que o de 2010.

Planejamentos de médio e longo prazo são os alicerces do crescimento sustentável. Possibilitam a integração de diversas necessidades dos projetos (civil, elétrica, hidráulica etc.), tornando as obras mais fáceis de serem administradas e reduzindo o seu tempo de conclusão.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SETOR
(Em 2012)







METROPOLITANA E LITORAL

Água R\$ 80,4 milhões
Esgoto R\$ 108,1 milhões
TOTAL R\$ 188,5 milhões

Em Curitiba, Região Metropolitana e Litoral foram concluídas, em 2012, 49 obras em sistemas de água e de esgotamento sanitário, no valor global de R\$ 92,9 milhões. As obras permitiram implantar 22.585 ligações de esgoto em Curitiba e nos municípios vizinhos.

Na região, a Sanepar concluiu obras em Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Campo Largo, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

Em Curitiba, por meio de 19 frentes de trabalho, foram implantados 124 km de rede em todas as regiões da cidade. Entre outras obras de destaque na região, estão 58 mil metros de rede coletora de esgoto implantados em Almirante Tamandaré, cerca de 20 mil metros em Colombo, e 15 mil metros em Fazenda Rio Grande.

No sistema de água uma das obras de grande porte ainda em andamento é a recuperação estrutural da Estação de Tratamento de Água Iguaçu, a maior do Sistema de Abastecimento de Água Integrado (SAIC). Apenas no canal de água bruta foi investido mais de R\$ 1 milhão. Cerca de R\$ 5,1 milhões foram aplicados na reforma do Reservatório Corte Branco, e mais R\$ 1,7 milhão na readequação das adutoras instaladas na região da Linha Verde Norte.

Em Piraquara, foram implantados mais 11 mil metros de rede de distribuição de água (investimento de R\$ 1,1 milhão). Já na Lapa, para atender o projeto Minha Casa Minha Vida e substituir 6 mil metros de rede de água, o aporte foi de aproximadamente R\$ 1,2 milhão. As 117 obras em execução na RMC e nos municípios do Litoral, somam R\$ 163 milhões.



SUDESTE

Água R\$ 24,5 milhões
 Esgoto R\$ 36,7 milhões
TOTAL R\$ 61,2 milhões

Na Região Sudeste, foram concluídos 23 empreendimentos, em 2012. Entre os destaques estão as obras concluídas em Ponta Grossa, onde foram construídas quatro estações elevatórias de esgoto e assentados 24,5 mil metros de rede coletora, ultrapassando R\$ 3,3 milhões em investimentos.

Outro empreendimento significativo foi a ampliação da estação de tratamento de esgoto de Prudentópolis, na qual foram aplicados mais de R\$ 1,4 milhão para beneficiar 6.050 famílias. Em São Mateus do Sul, R\$ 412,2 mil foram aplicados na instalação de interceptor para atender a região da Vila Prohmann.

A população de Laranjeiras do Sul também foi beneficiada com a execução do interceptor e da estação elevatória de esgoto, que exigiram R\$ 727,2 mil em investimentos. Na cidade de Ventania, R\$ 1,4 milhão foi aplicado no complemento da estação de tratamento de esgotos, estação elevatória e na implantação de 7,5 mil metros de rede coletora. Também foram concluídas, em 2012, obras de melhorias nos sistemas de abastecimento de água tratada de Carambeí, Arapoti, Irati, Ponta Grossa e Guará, somando mais de R\$ 2,8 milhões.



SUDOESTE

Água R\$ 39,8 milhões
 Esgoto R\$ 34,1 milhões
TOTAL R\$ 73,9 milhões

Nos municípios da Região Sudoeste foram concluídas no período 30 obras, que beneficiaram cerca de 420 mil pessoas. Entre as de maior relevância estão um reservatório para 3 milhões de litros de água e a implantação de mais de 37 mil metros de redes coletoras de esgoto e 2.055 ligações de esgoto em Foz do Iguaçu. Os dois empreendimentos totalizaram R\$ 5,6 milhões.

Em Santo Antônio do Sudoeste, foi concluída a captação subterrânea que passou a atender a população da cidade e os moradores da área urbana de Pranchita. O empreendimento conta ainda com dois reservatórios e traz solução definitiva para os problemas de abastecimento que ocorriam nestes sistemas em períodos de estiagem. Os investimentos somam mais de R\$ 1,4 milhão e beneficiam 16 mil pessoas.

A Sanepar colocou em operação em Cascavel o poço 39, localizado no Jardim Gramado, para atender os moradores da Região Norte da cidade. A unidade produtora ampliou em 40% a capacidade de atendimento para a região. As cidades de Francisco Beltrão, Guaraniaçu, Ampere, São João, Cascavel e Palotina tiveram seus sistemas de esgotamento sanitário ampliados.



NOROESTE

Água R\$ 24,6 milhões

Esgoto R\$ 20,5 milhões

TOTAL R\$ 45,1 milhões

Na Região Noroeste foram finalizadas 15 obras em 2012. Entre as concluídas está a reforma e ampliação da Estação de Tratamento de Água de Maringá, com investimento de R\$ 8,5 milhões. A cidade também recebeu R\$ 1,73 milhão para implantação de mais de 10 mil metros de anéis de distribuição, visando ampliar o abastecimento para cerca de 30 bairros da Região Norte. Também foram destinados mais R\$ 4,75 milhões na ampliação do sistema de esgotamento sanitário.

Em Mandaguari, Cianorte, Nova Londrina, Paranacity, Paranavaí, Planaltina do Paraná, Rondon e São Tomé também foram finalizadas várias obras durante o ano, totalizando aproximadamente R\$ 7,5 milhões em investimentos na ampliação dos sistemas de água e esgoto.



NORDESTE

Água R\$ 39,3 milhões

Esgoto R\$ 41,2 milhões

TOTAL R\$ 80,5 milhões

Na Região Nordeste do Estado, em 2012, foram entregues 21 obras. Com os empreendimentos concluídos e em andamento, o índice de atendimento com coleta e tratamento de esgoto na Região Nordeste passou de 59,91% para 61,99%.

Londrina recebeu investimentos de R\$ 15,6 milhões para a conclusão da ETE Esperança e a implantação de 17 mil metros de rede coletora em bairros de Londrina e Cambé. Na ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Arapongas foram investidos R\$ 15,2 milhões. Também foram executados 90 mil metros de rede coletora, quatro estações elevatórias e reformada a Estação de Tratamento de Esgoto Bandeirantes do Norte, beneficiando 17.652 habitantes.

A conclusão da ETE Marilândia do Sul e da estação elevatória, e a implantação de 9 mil metros de rede coletora e de 2 mil metros de interceptores beneficiam 2 mil habitantes. Os investimentos foram de R\$ 3,5 milhões.

Em Apucarana, por exemplo, foram executados 7,8 mil metros de rede coletora de esgoto, com recursos de R\$ 922 mil, beneficiando 1.538 moradores. Também foi concluída a obra de pós-tratamento da Estação de Tratamento de Esgoto de Carlópolis, que recebeu investimentos de R\$ 1,4 milhão, melhorando a balneabilidade do lago que é atração turística da cidade. As melhorias incluem estação elevatória de efluente, duas estações elevatórias de lodo, filtro biológico aerado submerso, decantador secundário, câmara de contato, tanques de hipoclorito e outras instalações.

Nos sistemas de abastecimento de água entre as obras concluídas está a de operacionalização do Sistema Guarani Norte, em Londrina. O investimento foi de R\$ 1 milhão. Em Arapongas, foram investidos R\$ 762,5 mil na operacionalização de um poço com 3,7 mil metros de adutora.

Pequenas Comunidades e Programas Habitacionais

A Sanepar busca levar água tratada para todas as comunidades do Paraná. Em 2012, foram assinados 73 convênios de saneamento rural com diversos municípios para levar a rede de água para localidades

rurais. Foram investidos R\$ 1,1 milhão nesse projeto. Por meio de 54 convênios de parcerias assinados com diversos municípios foram executadas obras no montante aproximado de R\$ 5,0 milhões.

Firmado em 2011 convênio com a COHAPAR para participação na infraestrutura do Programa Morar Bem Paraná, que prevê a viabilização do atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário de até 25 mil unidades residenciais. Em 2012 foram elaboradas 124 viabilidades e atendidos 53 empreendimentos, com desembolso de R\$ 1,28 milhão.

10.10.a.ii. Fontes de financiamentos

Banco do Brasil;
Caixa Econômica Federal;
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

10.10.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não aplicável

10.10.b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não aplicável

10.10.c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável

10.10.c.i Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Não aplicável

10.10.c.ii Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável

10.10.c.iii Projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não aplicável

10.10.c.iv Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não aplicável

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Informamos que não possuímos conhecimentos de outros fatores que poderiam influenciar de maneira relevante o desempenho operacional da Sanepar.

ITEM 12 - PROPOSTA SOBRE ELEIÇÃO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS FISCAL

MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL

NOME: LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

PROFISSÃO: ECONOMISTA

CPF: 353.542.759-20

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1.913.921-2

CARGO: MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL

DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012

DATA DA POSSE: 25/04/2012

PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013

OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro efetivo do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

Brasileiro, casado, economista.

Data de nascimento: 24/09/1960

Filiação: Sylvio Sebastiani e Clory Pereira da Veiga Sebastiani

Carteira de Identidade RG: 1.913.921-2 - SSP/PR

CPF: 353.542.759-20

FORMAÇÃO

- Economista - Universidade Federal do Paraná;
- Mestrado em Teoria Econômica - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

EXPERIÊNCIAS

- Servidor Público Estadual - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES - desde 1981;
- Professor no Curso de Ciências Sociais - PUC - PR;
- Professor convidado no Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico do Departamento de Ciências Econômicas - UFPR
- Presidente do Conselho Regional de Economia - CORECON - PR;
- Representante do Paraná no Conselho Federal de Economia - CORECON, onde presidiu a Comissão de Orçamento e Tomada de Contas;
- Diretor de Transportes da URBS - 2005;
- Presidente do Conselho de Administração da URBS - 2005 a 2010;
- Membro do Conselho de Administração da COHAB-CT;
- Secretário Municipal de Finanças - 2005 a 2010;
- Secretário de Estado da Administração e da Previdência do Paraná - atualmente;
- Membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: FÁBIO ANTONIO DALLAZEM
PROFISSÃO: AMINISTRADOR
CPF: 503.717.899-15
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 4.029.536-4/SSP - PR
CARGO: MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 05/06/2012
DATA DA POSSE: 05/06/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Não exerceu outros cargos ou funções na Sanepar.

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Informamos que a Sanepar não possui comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

FÁBIO ANTONIO DALLAZEM

Brasileiro, casado, administrador.

Data de nascimento: 01/02/1969

Carteira de Identidade RG: 4.029.536-4/SSP - PR

CPF: 503.717.899-15

FORMAÇÃO:

- Administração de empresas

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Gerente Administrativo - Bergerson Jóias e Relógios Ltda. - 1996 - 1999;
- Diretor Distritos de Manutenção Urbana - Prefeitura Municipal de Curitiba. - 2004 - 2008;
- Diretor de Operações - COHAB Curitiba - 2008 - 2009;
- Secretário Especial de Estado - Governo do Estado do Paraná - A partir de 01/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: IVENS MORETTI PACHECO
PROFISSÃO: JORNALISTA
CPF: 201.806.089-91
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1.040.033-3
CARGO: MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012
DATA DA POSSE: 25/04/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro efetivo do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

IVENS MORETTI PACHECO

Brasileiro, casado, jornalista.

Data de nascimento:

Filiação:

Carteira de Identidade RG: 1.040.033-3

CPF: 201.806.089-91

FORMAÇÃO:

- Jornalismo - Universidade Católica do Paraná - 1979

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Chefe do Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1986 a 1987;
- Chefe da Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - 1986 a 1987;
- Chefe da Assessoria de Imprensa da Secretaria dos Transportes do Paraná;
- Diretor Geral da Secretaria de Comunicação Social do Estado do Paraná;
- Assessor da Casa Civil do Estado do Paraná;
- Diretor de Operações da Curitiba S/A., da Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Superintendente da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Curitiba;
- Superintendente da Secretaria de Governo - 2005 a 2010;
- Diretor Presidente do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - a partir de 2011;
- Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS
PROFISSÃO: CONTADOR
CPF: 813.975.696-20
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 4.019.574 - MG
CARGO: MEMBRO EFETIVO DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012
DATA DA POSSE: 25/04/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Sanepar no período de 04/2005 a 04/2007;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Sanepar no período de 04/2007 a 04/2012;

INDICAÇÃO: ACIONISTA MINORITÁRIO

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS

Brasileiro, casado, contador.

Data de nascimento:

Filiação:

Carteira de Identidade RG: 4.019.574 - MG

CPF: 813.975.696-20

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Ciências Contábeis

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Supervisor na Bronaço Produtos Siderúrgicos Ltda., - 07/1993 a 02/1994;
- Gerente de Setor no Carrefour Com. e Ind. Ltda., - 03/1994 a 03/1995;
- Contador na A.R.G. Ltda., 05/1995 a 10/1996;
- Perito Contábil - 08/1996 a 09/1997;
- Gerente Administrativo Financeiro da Visoconsult Engenharia Ltda. - 10/1997 a 07/1998;
- Gerente de Controle da Andrade e Gutierrez S/A. - desde 07/1998;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - 04/2005 a 04/2007;
- Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - a partir de 04/2007;

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: JORGE SEBASTIÃO DE BEM
PROFISSÃO: ECONOMISTA
CPF: 230.961.289-87
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 792.702-9
CARGO: MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012
DATA DA POSSE: 25/04/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

JORGE SEBASTIÃO DE BEM
Brasileiro, casado, economista.

Data de nascimento:

Filiação:

Carteira de Identidade RG: 792.702-9 - PR

CPF: 353.542.759-20

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Economia

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS
PROFISSÃO: ADVOGADO
CPF: 040.922.379-44
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 6.833.755-0
CARGO: MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012
DATA DA POSSE: 25/04/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS
Brasileiro, solteiro, advogado.

Data de nascimento:

Filiação:

Carteira de Identidade RG: 6.833.755-0 - PR

CPF: 040.922.379-44

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Direito

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: JURACI BARBOSA SOBRINHO
PROFISSÃO: ADVOGADO
CPF: 021.576.909-97
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1.034.066
CARGO: MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012
DATA DA POSSE: 25/04/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro efetivo do Conselho Fiscal no período de 14/04/1997 a 28/04/2002;
- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 27/04/2011.

INDICAÇÃO: ACIONISTA CONTROLADOR

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

JURACI BARBOSA SOBRINHO
Brasileiro, casado, advogado.

Data de nascimento:

Filiação:

Carteira de Identidade RG: 1.034.066 - PR

CPF: 021.576.909-97

FORMAÇÃO:

- Bacharel em Direito

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar desde 27/04/2011.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

NOME: RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
PROFISSÃO: ECONOMIÁRIO, CONTADOR E ADVOGADO
CPF: 310.939.301-87
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 2002555 SSP/GO
CARGO: MEMBRO SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL
DATA DE ELEIÇÃO: 25/04/2012
DATA DA POSSE: 25/04/2012
PRAZO DO MANDATO: 24/04/2013
OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NA SANEPAR:

- Membro suplente do Conselho Fiscal desde 25/04/2012.

INDICAÇÃO: ACIONISTA MINORITÁRIO

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não aplicável

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal, fornecer:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

i) principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

ii) indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

DADOS PESSOAIS:

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS

Brasileiro, divorciado, economiário, contador e advogado.

Data de nascimento:

Filiação:

Carteira de Identidade RG: 2002555 SSP/GO

CPF: 310.939.301-87

FORMAÇÃO:

- Economiário, Contador e Advogado

PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS:

- Chefe do Departamento de Finanças/Contabilidade - Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás - 1982 - 1988;

Empregado da Caixa Econômica Federal onde exerceu as seguintes funções:

- Chefe do Setor na área Financeira;
- Chefe de Divisão na área Financeira;
- Gerente de Logística na área de Tecnologia da Informação - CERET;
- Gerente de Filial na área de Contabilidade - GIINC;
- Gerente de Filial na área de Back Office - GIRET;
- Gerente Nacional na área de Controles Internos;
- Gerente de Filial na área de Recuperação de Crédito - GIPRO - função que exerce atualmente;
- Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar - desde 25/04/2012

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i) Qualquer condenação criminal

Não aplicável

ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não aplicável

iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não aplicável

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

Não aplicável

(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não aplicável

b) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não aplicável

c) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não aplicável

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável

ITEM 13. - Remuneração dos Administradores

A Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar possui como administradores o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão deliberativo responsável por determinar as diretrizes e orientação geral para os negócios e por formular e expressar as políticas da Companhia.

O Conselho de Administração é composto de 9 (nove) membros titulares e igual número de suplentes, dentre os quais um será o seu presidente e outro, vice-presidente, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Administração Geral, para um mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, de seu Vice-Presidente, de um terço de seus membros ou quando solicitado pela Diretoria Executiva, e deliberará validamente com a presença mínima de 4 (quatro) de seus membros. As atribuições do Conselho de Administração estão previstas no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia.

Composição do Conselho de Administração

Membros Efetivos

FABIANO SAPORITI CAMPELO

Presidente

RENATO TORRES DE FARIA

Vice-Presidente

MICHELE CAPUTO NETO

JULIO CESAR ZEM CARDOZO

LUIZ ANTONIO LEPREVOST

MAURICIO JANDOI FANINI ANTONIO

CHRISTIAN GULIN CRIVELLARO

KEVIN MICHAEL ALTIT

HAMILTON APARECIDO GIMENES

Membros Suplentes

JOSÉ GERALDO GOULART BOLDA
LUIZ CARLOS BRUM FERREIRA
SEZIFREDO PAULO ALVES PAZ
ROBERTO ALTHEIM
JULIO JACOB JUNIOR
ARIELSON BITENCOURT
ORLANDO AGULHAN JUNIOR
JUAREZ BURIOL
FRANCISCO JOSÉ AZEVEDO FREIRE

Diretoria Executiva

Compete à Diretoria Executiva a gestão corrente dos negócios da Companhia, obedecidos o Plano de Organização, o Plano de Negócios e o Orçamento Anual elaborados e aprovados de acordo com o Estatuto Social da Companhia.

A Diretoria Executiva é constituída de 9 (nove) diretores, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, designados: Diretor Presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Investimentos, Diretor de Operações, Diretor de Meio Ambiente e Ação Social, Diretor de Relações com Investidores, Diretor Administrativo, Diretor Comercial, e Diretor Jurídico.

O mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria Executiva reunir-se-á, ordinariamente pelo menos uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por 2 (dois) diretores.

A Diretoria Executiva deliberará validamente com a presença mínima de 5 (cinco) de seus membros.

As atribuições da Diretoria Executiva estão previstas no Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia.

Composição da Diretoria Executiva

FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE

Diretor Presidente

DIRCEU WICHNIESKI

Diretor Financeiro

JOÃO MARTINHO CLETO REIS JUNIOR

Diretor de Investimentos

PAULO ALBERTO DEDAVID

Diretor de Operações

PÉRICLES SÓCRATES WEBER

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

EZEQUIAS MOREIRA RODRIGUES

Diretor de Relações com Investidores

ANTONIO HALLAGE

Diretor Administrativo

ANTONIO CARLOS SALLES BELINATI

Diretor Comercial

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI

Diretor Jurídico

Conselho Fiscal

A Companhia tem um Conselho Fiscal composto de (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, para o mandato de um ano podendo ser reeleito.

O Conselho Fiscal funciona permanentemente e reunir-se-á quando convocado por qualquer de seus membros efetivos, com as atribuições, competências, deveres e responsabilidades estabelecidas em lei, (artigo 163 da Lei nº 6404/76).

Composição do Conselho Fiscal

Membros Efetivos

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

Presidente

FABIO ANTONIO DALLAZEM

IVENS MORETTI PACHECO

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS

VANDERLEI DOMINGUEZ DA ROSA

Membros Suplentes

**JORGE SEBASTIÃO DE BEM
SEBASTIÃO HENRIQUE MEDEIROS
JURACI BARBOSA SOBRINHO
RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
EDUARDO DA GAMA GODOY**

13.1 Descreve a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, e do Conselho Fiscal:

13.1.a. Objetivos da política ou prática de remuneração para 2010, 2011 e 2012:

A política de remuneração para os administradores da Companhia é remunerar os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, como contrapartida pelo empenho destes executivos, no fortalecimento de um moderno modelo de gestão, aliado a uma inovadora visão sistêmica empregada na administração dos serviços de saneamento oferecidos à população do Paraná, o que coloca a Companhia como empresa referência no setor de saneamento básico brasileiro.

De acordo com o Artigo 152 da Lei nº 6.404/1976, a Assembléia Geral de acionistas da Sanepar, fixa o montante global da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Conforme o parágrafo 3º do Artigo 12 do Estatuto Social da Sanepar - O montante global dos honorários do Conselho de Administração será determinado pela Assembléia Geral e a fixação da remuneração individual de cada um dos membros caberá ao próprio Conselho

13.1 b. Composição da remuneração para 2010:

Para o exercício de 2010:

A Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 26 de abril de 2010, aprovou o montante global de provisão para a remuneração dos Conselheiros e Administradores da Companhia para o exercício de 2010, no valor de R\$ 5.175.657,36 (cinco milhões, cento e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete

centavos), com aplicação do índice de 4,77% (quatro virgula setenta e sete por cento) sobre o montante anterior.

A 5ª/2010 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 10 de maio de 2010, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2010 e fevereiro de 2011, nos termos seguintes:

Diretoria: para o Diretor Presidente foi fixado o valor mensal de R\$ 22.365,00 (vinte e dois mil e trezentos e sessenta e cinco reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 4.473,00 (quatro mil e quatrocentos e setenta e três reais), totalizando a remuneração de R\$ 26.838,00 (vinte e seis mil e oitocentos e trinta e oito reais). Para os demais diretores foi fixado o valor de R\$ 17.850,00 (dezessete mil e oitocentos e cinquenta reais), sobre o qual será acrescida verba de representação de R\$ 3.570,00 (três mil e quinhentos e setenta reais), totalizando a remuneração mensal de R\$ 21.420,00 (vinte e um mil e quatrocentos e vinte reais).

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva, excluído o Diretor Presidente, permanecerá sendo composta de duas parcelas, uma fixa, correspondente a 60% do montante mensal e outra variável, correspondente aos 40% restantes, proporcionais à efetiva participação de cada diretor nas reuniões de Diretoria (Redir) havidas no mês, conforme deliberado na reunião ordinária de 10/03/2008.

Membros do Conselho de Administração: o valor de R\$ 4.404,40 (quatro mil quatrocentos e quatro reais e quarenta centavos), corresponde a um quinto do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base acrescida da verba de representação.

Membros do Conselho Fiscal: o valor de R\$ 2.202,20 (dois mil duzentos e dois reais e vinte centavos), corresponde a 10% (dez por cento) do que, em média, foi atribuído a cada diretor como remuneração base, incluída a verba de representação.

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Informamos que na composição do Conselho de Administração da Companhia, há um membro titular e um membro suplente eleitos pelos empregados e estes conselheiros não possuem remuneração conforme o

artigo 11 do anexo que integra o Decreto Estadual nº 6.343 de 20 de setembro de 1985. Os conselheiros eleitos pelos empregados são: Membro Titular - Hamilton Aparecido Gimenes e Membro Suplente - Paulo Roberto Borges Berlin.

Para o exercício de 2011:

A 5ª/2011 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 17 de maio de 2011, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2011 e fevereiro de 2012, nos termos seguintes:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovado por unanimidade a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o período de março de 2011 à fevereiro de 2012, conforme consta da tabela de remuneração dos administradores, documento rubricado pelos Conselheiros presentes, anexado a esta ata e arquivado na sede da Companhia, respeitando o montante aprovado na 47ª Assembleia Geral Ordinária no valor total de R\$ 5.925.981,41 (cinco milhões, novecentos e vinte cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e um centavos).

Integrarão a remuneração o salário, adicional por tempo de serviço, 13º salário, abono de férias, gratificação de férias, inclusive podendo optar pelo adiantamento de férias parcelado, programa de alimentação do trabalhador, participação nos resultados, indenização compensatória, plano de benefícios previdenciários - FUSANPREV, plano de saúde - SANESAÚDE e outros benefícios, adotando-se como base de cálculo a remuneração acrescida de verba de representação.

Os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões.

Para o exercício de 2012:

A 5ª/2012 Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada no dia 09 de maio de 2012, aprovou a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, com incidência sobre os meses compreendidos entre março de 2012 e fevereiro de 2013, nos termos seguintes:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada por unanimidade a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva para o período de março de 2012 a fevereiro de 2013, conforme consta das tabelas de remuneração dos administradores, documento rubricado pelos Conselheiros presentes, anexadas a esta ata e arquivadas na sede da Companhia, respeitando o montante aprovado na 48ª Assembleia Geral Ordinária no valor total de R\$ 7.872.178,42 (Sete milhões, oitocentos e setenta e dois mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Integrarão a remuneração o salário, adicional por tempo de serviço, 13º salário, abono de férias, gratificação de férias, inclusive podendo optar pelo adiantamento de férias parcelado, programa de alimentação do trabalhador, participação nos resultados, indenização compensatória, plano de benefícios previdenciários - FUSANPREV, plano de saúde - SANESAÚDE e outros benefícios, adotando-se como base de cálculo a remuneração acrescida de verba de representação.

Os Conselheiros de Administração e Fiscal que exercerem efetivamente a função farão jus à remuneração, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e o seu suplente, proporcionalmente à participação nas reuniões.

13.1.b.i Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

Remuneração de Diretor:

Descrição: corresponde a remuneração base, aprovada em Assembleia Geral e Reunião do Conselho de Administração, paga mensalmente para cada diretor;

Objetivos: Remunerar os serviços prestados.

Verba de representação:

Descrição: corresponde a 20% (vinte por cento) da remuneração de diretor, aprovada em Assembleia Geral e Reunião do Conselho de Administração, paga mensalmente, para ser utilizada na representação da Companhia pelo diretor com executivos de outras entidades;

Objetivos: compensar o diretor com eventuais gastos representando a Companhia.

13º Salário:

Descrição: corresponde ao somatório da remuneração de diretor mais a verba de representação, paga anualmente, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo;

Objetivo: cumprimento da legislação trabalhista.

Abono de férias:

Descrição: corresponde a eventual venda de 10 (dez) dias das férias, quando houver, conforme estabelece a CLT e p acordo coletivo, pago por ocasião das férias;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Gratificação de férias:

Descrição: corresponde a 1/3 do valor das férias, conforme estabelece a CLT e o acordo coletivo, paga por ocasião das férias;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Programa de Alimentação ao Trabalhador:

Descrição: Crédito recebido de forma indireta, por meio de cartão eletrônico, para ser utilizado exclusivamente para refeições ou aquisição de produtos alimentícios, este crédito é igual para todos os empregados da Companhia, conforme o acordo coletivo;

Objetivo: Suprir com a refeição o diretor da Companhia, assim como os demais empregados.

Participação nos Resultados:

Descrição: Valor referente ao Plano de Participação nos resultados, conforme acordo coletivo, o critério de pagamento deste valor é igual para todos os empregados da Companhia;

Objetivo: Como forma de motivar os diretores e empregados, a Companhia distribui uma parcela do resultado gerado em cada exercício, conforme critérios definidos e firmados junto aos sindicatos.

Salário:

Descrição: Valor correspondente a remuneração de diretores empregados;

Objetivo: Remunerar os serviços prestados.

Férias Indenizadas:

Descrição: Valor indenizado que corresponde a remuneração de férias, paga quando o diretor é destituído, referente ao período aquisitivo de férias;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Gratificação de Férias Indenizadas:

Descrição: Valor indenizado que corresponde a gratificação de férias, paga quando o diretor é destituído, incidente sobre as férias indenizadas;

Objetivo: Cumprimento da legislação trabalhista.

Indenização Compensatória:

Descrição: Indenização paga anualmente, prevista no acordo coletivo, o critério de pagamento desta indenização é igual para todos os empregados da Companhia;

Objetivo: indenização para compensar os empregados por perdas em exercícios anteriores.

Diárias:

Descrição: Corresponde ao valor gasto pelo diretor quando em viagem ao exterior.

Objetivo: Pagar as despesas que o diretor efetuou em viagem ao exterior representando a Companhia.

13.1 b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Os reajustes da remuneração dos Conselheiros de Administração, Diretoria Executiva e dos Conselheiros Fiscais, é anual de acordo com os índices aprovados pelo Conselho de Administração.

13.1.b.iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

A Companhia estabeleceu critérios de acordo com estudos e levantamentos da remuneração paga para os executivos de outras empresas do setor, bem como, para executivos de outras empresas do Estado do Paraná, conforme os preceitos internos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

13.1 c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

Não se aplica

13.1 d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não se aplica

13.1 e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A Companhia entende que a remuneração paga aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, motiva o empenho destes executivos no fortalecimento dos interesses da Sanepar, no desenvolvimento das políticas de gestão e na administração dos serviços de saneamento básico.

13.1 f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos:

Na Sanepar não existe Conselheiro de Administração, Diretor Executivo e Conselheiro Fiscal com remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

13.1 g Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor:

Na Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar a remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, não está baseada em indicadores e nem na ocorrência de evento societário.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal:

13.2 a. Órgão

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

13.2 b. Número de Membros:

O Conselho de Administração da Companhia é composto atualmente por 9 membros titulares e 9 membros suplentes.

13.2 c Segregação da Remuneração:

A remuneração dos conselheiros de administração é tão somente aquela aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração, não havendo nenhuma outra verba paga a estes conselheiros

Farão jus à remuneração os Conselheiros que exercerem efetivamente a função, devendo a verba ser partilhada entre o membro efetivo e seu suplente, proporcionalmente ao número de reuniões a que cada um comparecer.

Informamos que um Membro Titular e um Membro Suplente do Conselho de Administração são empregados da Companhia, eleitos pelos demais empregados e não recebem remuneração.

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2010:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	25.159,98
FEVEREIRO	29.353,31
MARÇO	29.353,32
ABRIL	27.256,67
MAIO	38.084,61
JUNHO	33.033,00
JULHO	28.628,60
AGOSTO	33.033,00
SETEMBRO	28.628,60
OUTUBRO	30.830,80
NOVEMBRO	35.235,20
DEZEMBRO	30.830,80
TOTAL	369.427,89

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2011:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	33.033,00
FEVEREIRO	33.033,00
MARÇO	30.830,80
ABRIL	30.830,80
MAIO	52.368,40
JUNHO	40.725,00
JULHO	43.440,00
AGOSTO	40.725,00
SETEMBRO	43.440,00
OUTUBRO	38.010,00
NOVEMBRO	43.440,00
DEZEMBRO	38.010,00
TOTAL	467.886,00

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM 2012:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	43.440,00
FEVEREIRO	40.725,00
MARÇO	38.010,00
ABRIL	38.010,00
MAIO	40.772,00
JUNHO	46.595,92
JULHO	44.931,71
AGOSTO	49.924,20
SETEMBRO	48.814,77
OUTUBRO	46.595,92
NOVEMBRO	46.595,92
DEZEMBRO	43.267,64
TOTAL	527.683,08

13.2 a. Órgão

DIRETORIA EXECUTIVA

13.2 b. Número de Membros:

A Diretoria Executiva da Companhia é composta atualmente por 9 membros.

13.2 c Segregação da Remuneração da Diretoria Executiva

A Remuneração da Diretoria Executiva está segregada em remuneração de diretor e verba de representação, a verba de representação está fixada em 20% da remuneração de diretor.

Quatro dos membros da Diretoria Executiva são empregados de carreira da Sanepar e recebem salários, neste caso, a remuneração de diretor está diminuída do salário.

Dois membros da Diretoria Executiva anterior, no exercício de 2010, recebiam rendimentos de outros órgãos do Estado, neste caso suas respectivas remunerações de diretor estão diminuídas dos valores recebidos dos órgãos de origem.

REMUNERAÇÃO EM REAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2010

MESES	REMUN. DE DIRETOR	VERBA DE REPRES.	SALÁRIOS	PROG ALIM TRABALHAD	DIÁRIAS	GRAT.SUBS CHEFIA	ABONO DE FÉRIAS	GRATIF FÉRIAS	PARTICIP NOS RES	13º SALÁRIO	INDENIZ. COMPENS	SAL ÓRGÃO ORIGEM
JAN	151.488,59	31.400,01	-	4.832,10	-	-	37.146,22	40.241,34	-	-	-	5.811,41
FEV	151.488,59	31.400,01	-	4.780,98	-	-	7.870,93	8.526,76	-	-	-	5.811,41
MAR	151.488,59	31.400,01	-	5.022,44	-	1.530,00	-	4.533,32	-	5.100,00	-	5.811,41
ABR	151.488,59	29.906,68	-	5.677,70	-	-	-	-	-	-	-	5.841,91
MAI	176.396,10	32.970,00	-	5.020,02	1.282,47	-	-	-	-	8.925,00	-	6.166,90
JUN	151.726,70	31.304,00	8.975,46	5.577,80	-	-	-	38.079,91	-	-	-	5.996,78
JUL	158.723,19	31.635,10	16.185,34	6.092,84	-	-	-	124.208,72	16.635,42	10.558,73	17.699,63	4.632,04
AGO	149.088,83	33.033,00	16.223,38	5.230,82	-	-	-	-	-	18.800,02	-	2.824,92
SET	147.125,01	33.033,00	20.560,86	5.020,02	-	-	-	-	798,50	-	-	2.824,92
OUT	147.125,01	33.033,00	16.652,01	5.020,02	-	-	-	-	-	-	-	2.824,92
NOV	147.125,01	33.033,00	16.652,01	5.020,02	1.183,74	-	-	7.139,93	-	-	-	2.824,92
DEZ	147.125,01	33.033,00	16.652,01	5.020,02	-	-	18.849,23	10.597,67	-	171.154,26	128.227,83	2.824,92
TOTAIS	1.830.389,22	385.180,81	111.901,07	62.314,78	2.466,21	1.530,00	63.866,38	233.327,65	17.433,92	214.538,01	145.927,46	54.196,46

REMUNERAÇÃO EM REAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2011

MESES	REMUN. DE DIRETOR	VERBA DE REPRES.	SALÁRIOS	PROG ALIM TRABALHAD	DIÁRIAS	GRAT.SUBS CHEFIA	ABONO DE FÉRIAS	GRATIF FÉRIAS	PARTICIP NOS RES	13º SALÁRIO	INDENIZ. COMPENS
JAN	131.490,49	33.182,10	44.314,20	4.623,50	0,00	315,20	6.306,63	210.030,94	0,00	0,00	0,00
FEV	127.339,05	33.033,00	44.314,20	4.869,45	0,00	0,00	10.788,38	11.362,94	0,00	0,00	0,00
MAR	127.339,05	33.033,00	44.314,20	4.869,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ABR	127.339,05	33.033,00	46.367,54	4.869,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MAI	142.240,86	61.067,00	53.272,43	5.716,77	0,00	0,00	2.282,50	88.344,33	0,00	0,00	0,00
JUN	142.240,86	61.067,00	47.984,75	4.428,01	0,00	0,00	24.818,26	26.886,45	0,00	0,00	0,00
JUL	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	0,00	0,00	0,00	0,00	5.867,12	0,00	0,00
AGO	142.900,86	61.287,00	47.984,75	5.049,97	0,00	0,00	0,00	20.533,28	0,00	0,00	0,00
SET	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.208,33
OUT	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
NOV	142.240,86	61.067,00	47.984,75	5.019,03	35.264,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEZ	142.240,86	61.067,00	47.984,75	13.668,72	0,00	0,00	12.599,15	13.649,08	0,00	251.292,61	192.419,47
TOTAIS	1.652.094,52	621.037,10	568.475,82	68.171,44	35.264,16	315,20	56.794,92	370.807,02	5.867,12	251.292,61	196.627,80

REMUNERAÇÃO EM REAIS DA DIRETORIA EXECUTIVA EM 2012

MÊS	REMUN. DE DIRETOR	VERBA DE REPRESENT	SALÁRIOS	DIÁRIAS	ABONO DE FÉRIAS	GRATIFIC DE FÉRIAS	INDENIZ. COMPENS.	PROG.ALIM TRABALH	PARTICIP. NOS RES.	13º SALÁRIO	ENCARGOS SOCIAIS
JAN	141.502,04	61.067,00	48.850,19	0,00	12.670,29	13.726,15	0,00	5.019,03	0,00	20.951,60	104.405,00
FEV	140.748,05	61.067,00	49.733,39	0,00	16,59	17,97	0,00	5.019,03	0,00	20.973,13	96.900,00
MAR	140.748,05	61.067,00	49.733,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.019,03	0,00	20.962,37	96.894,00
ABR	140.748,05	61.067,00	49.733,39	0,00	0,00	0,00	0,00	5.019,03	0,00	20.962,37	103.388,00
MAI	182.011,19	65.695,52	61.042,76	0,00	970,40	1.051,27	0,00	6.196,50	0,00	28.906,94	119.333,00
JUN	172.437,09	74.886,33	61.199,37	0,00	46.801,17	55.731,11	0,00	5.399,37	0,00	41.504,98	149.224,00
JUL	172.437,09	74.886,33	61.199,37	0,00	0,00	0,00	0,00	5.399,19	0,00	25.710,23	118.840,00
AGO	148.965,63	67.062,51	61.199,37	0,00	14.388,64	15.587,69	0,00	5.399,55	20.728,80	27.599,66	112.789,00
SET	148.156,26	66.792,72	61.199,37	0,00	14.388,64	15.587,69	0,00	4.799,44	0,00	23.194,03	112.371,00
OUT	160.296,67	70.839,53	61.199,37	0,00	0,00	0,00	0,00	4.799,44	0,00	22.985,11	112.604,00
NOV	172.437,09	74.886,33	61.199,37	0,00	0,00	10.791,48	0,00	5.137,11	0,00	22.303,84	127.536,00
DEZ	172.437,09	74.886,33	61.199,37	3.511,00	0,00	7.758,57	275.744,35	10.698,75	0,00	25.710,23	221.188,00
TOTAIS	1.892.924,30	814.203,60	687.488,71	3.511,00	89.235,73	120.251,93	275.744,35	67.905,47	20.728,80	301.764,49	1.475.472,00

13.2 a. Órgão

CONSELHO FISCAL

13.2 b. Número de Membros:

O Conselho Fiscal da Companhia é composto atualmente por 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) membros suplentes.

13.2 c Segregação da Remuneração:

A remuneração dos conselheiros fiscais é aquela aprovada nas Reuniões do Conselho de Administração, não havendo nenhuma outra verba paga a estes conselheiros.

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO FISCAL EM 2010

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	8.386,68
FEVEREIRO	8.386,68
MARÇO	8.386,68
ABRIL	8.386,68
MAIO	9.653,04
JUNHO	8.808,80
JULHO	8.808,80
AGOSTO	8.808,80
SETEMBRO	8.808,80
OUTUBRO	8.808,80
NOVEMBRO	8.808,80
DEZEMBRO	8.808,80
TOTAL	104.861,36

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO FISCAL EM 2011:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	8.808,80
FEVEREIRO	8.808,80
MARÇO	8.808,80
ABRIL	9.449,89
MAIO	17.677,40
JUNHO	14.552,32
JULHO	13.575,00
AGOSTO	14.366,38
SETEMBRO	14.585,68
OUTUBRO	14.098,92
NOVEMBRO	13.575,00
DEZEMBRO	14.911,72
TOTAL	153.218,71

REMUNERAÇÃO EM REAIS DO CONSELHO FISCAL EM 2012:

MESES	VALOR EM REAIS
JANEIRO	13.575,00
FEVEREIRO	13.575,00
MARÇO	13.575,00
ABRIL	13.575,00
MAIO	17.565,82
JUNHO	17.641,15
JULHO	16.641,40
AGOSTO	16.641,40
SETEMBRO	16.641,40
OUTUBRO	16.641,40
NOVEMBRO	16.641,40
DEZEMBRO	18.344,58
TOTAL	191.058,55

13.2 d. Valor da remuneração anual do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

Demonstramos a seguir o valor da remuneração anual do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal de 2010, 2011 e 2012:

ÓRGÃO	2010	2011	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	369.427,89	467.886,00	527.683,08
DIRETORIA EXECUTIVA	3.123.071,97	3.826.747,71	5.749.230,38
CONSELHO FISCAL	104.861,36	153.218,71	191.058,55
TOTAIS	3.597.361,22	4.447.852,42	6.467.972,01

13.2 e. Total da remuneração do Conselho de Administração, diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

Apresentamos a seguir a demonstração do total da remuneração anual do conselho de Administração, diretoria Executiva e Conselho Fiscal nos exercício de 2010, 2011 e 2012:

ÓRGÃO	2010	2011	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	369.427,89	467.886,00	527.683,08
DIRETORIA EXECUTIVA	3.123.071,97	3.826.747,71	5.749.230,38
CONSELHO FISCAL	104.861,36	153.218,71	191.058,55
TOTAIS	3.597.361,22	4.447.852,42	6.467.972,01

13.3 Em relação a remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

Como já comentado anteriormente, destacamos que a remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sanepar é variável, pois depende da participação dos mesmos nas reuniões de seus respectivos órgãos. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva tinha uma parcela variável até 2010, a partir de 2011 não tem parcela variável na remuneração da Diretoria Executiva.

A seguir demonstramos um quadro com o total de remuneração de cada órgão nos exercícios de 2010, 2011 e 2012, bem como a previsão para a remuneração para o exercício de 2013.

ÓRGÃO	M	2010	M	2011	M	2012	M	2013
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9	369.427,89	9	467.886,00	9	527.683,08	9	893.439,18
DIRETORIA EXECUTIVA	9	3.123.071,97	8	3.826.747,71	9	5.749.230,38	9	8.095.805,00
CONSELHO FISCAL	4	104.861,36	5	153.218,71	5	191.058,55	5	328.183,43
TOTAIS		3.597.361,22		4.447.852,42		6.467.972,01		9.317.427,62

Apresentamos a seguir uma tabela que contempla a previsão do número de membros para o Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, bem como a remuneração prevista para cada órgão, no exercício de 2012.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
9 membros	9 membros	5 membros
R\$ 527.683,08	R\$ 5.749.230,38	R\$ 191.058,55

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Informamos que a Sanepar não possui plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Demonstramos a seguir uma tabela com a participação acionária na Sanepar, dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal:

ESPÉCIE DE AÇÕES	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
ORDINÁRIAS	0	0	0
PREFERENCIAIS	23	0	0

13.6 Em relação a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e á prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria executiva:

Na Sanepar não há remuneração baseada em ações

13.7 Em relação ás opções em aberto do conselho de administração e da diretoria executiva ao final do último exercício social:

A Companhia não possuía opções em aberto do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria executiva, nos últimos 3 exercícios sociais:

Não se aplica a Sanepar

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções;

Não se aplica a Sanepar

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações:

13.10.a. Órgão

Informamos que alguns membros da Diretoria Executiva participam do Plano de Previdência da Sanepar.

13.10.b. Número de membros

Cinco (5) membros participam atualmente do plano.

Nome	Cargo	Data da Inscrição
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	01.02.2011
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	01.06.2011
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	01.03.2011
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	01.06.2012
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	01.11.2012

13.10.c. Nome do Plano

O plano de previdência administrado pela Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social, é denominado FusanPrev.

13.10.d. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

Pela Renda Mensal Vitalícia Normal a data em que os mesmo reúnem as condições será:

Nome	Cargo	Preenchimento de Carência para Apos.
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	01.02.2021
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	15.01.2030
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	14.01.2030
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	01.06.2022
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	01.11.2022

*Ressaltamos que o requerimento do benefício somente é possível após o desligamento da Sanepar.

13.10.e. Condições para se aposentar antecipadamente:

No regulamento do FusanPrev, artigo 35 - inciso II, está prevista a concessão da Renda Mensal Vitalícia Normal Antecipada, cujos requisitos cumulativos são:

- a) idade mínima igual ou superior a 43 anos e inferior a 55 anos de idade;
- b) mínimo de 10 anos ininterruptos de vinculação ao FusanPrev;
- c) Término do vínculo patronal.

Destacamos que o plano previdenciário paga um pecúlio por morte aos beneficiários do participante falecido, assim como, pensão por morte.

13.10.f. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

As contribuições realizadas pela Sanepar, como patrocinadora do FusanPrev, corrigidas, em favor dos participantes abaixo desde sua inscrição e até 31/12/2012 totalizaram:

Nome	Cargo	Contribuição Patronal
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	R\$ 23.019,61
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	R\$ 19.146,10
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	R\$ 22.053,37
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	R\$ 6.559,97
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	R\$ 1.631,40

13.10.g. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

As contribuições realizadas pela Sanepar, como patrocinadora do FusanPrev, em favor dos participantes abaixo entre 01/01/2012 e 31/12/2012 totalizaram:

Nome	Cargo	Contribuição Patronal
1) João Martinho Cleto Reis Junior	Diretor de Investimentos	R\$ 9.899,37
2) Antonio Carlos Salles Belinati	Diretor Comercial	R\$ 9.899,37
3) Flávio Luis Coutinho Slivinski	Diretor Jurídico	R\$ 9.899,37
4) Antonio Hallage	Diretor Administrativo	R\$ 5.863,44
5) Fernando Eugenio Ghignone	Diretor-Presidente	R\$ 1.571,47

13.10.h. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

De acordo com o regulamento do FusanPrev, o resgate é um instituto previsto no artigo 22 e a única condição para exercer é o desligamento com a Patrocinadora, no caso com a Sanepar.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria executiva e ao conselho fiscal, o número de membros, o valor da maior remuneração individual, valor da menor remuneração individual e o valor médio de remuneração individual:

A seguir apresentamos a tabela por órgão da administração, contendo o número de membros, o valor da maior remuneração individual, o valor da menor remuneração individual e o valor médio de remuneração individual para os exercícios de 2010, 2011 e 2012:

2010

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
NÚMERO DE MEMBROS	9	9	4
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.404,40	R\$ 26.838,00	R\$ 2.202,20
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.404,40	R\$ 21.420,00	R\$ 2.202,20
VALOR MÉDIO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 4.404,40	R\$ 22.022,00	R\$ 2.202,20

2011

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
NÚMERO DE MEMBROS	9	9	5
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 5.430,00	R\$ 33.067,00	R\$ 2.715,00
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 5.430,00	R\$ 26.400,00	R\$ 2.715,00
VALOR MÉDIO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 5.430,00	R\$ 27.140,78	R\$ 2.715,00

2012

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA EXECUTIVA	CONSELHO FISCAL
NÚMERO DE MEMBROS	9	9	5
VALOR DA MAIOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 6.656,36	R\$ 40.549,80	R\$ 3.328,28
VALOR DA MENOR REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 6.656,36	R\$ 32.374,44	R\$ 3.328,28
VALOR MÉDIO DE REMUNERAÇÃO INDIVIDUAL	R\$ 6.656,36	R\$ 36.462,12	R\$ 3.328,28

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor:

A Companhia não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, diretoria executiva e conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

O quadro a seguir apresenta o percentual da remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal no resultado da Sanepar nos 3 últimos exercícios sociais:

ÓRGÃO	2010	2011	2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0,27%	0,14%	0,16%
DIRETORIA EXECUTIVA	2,30%	1,35%	1,71%
CONSELHO FISCAL	0,08%	0,05%	0,06%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Informamos que a Sanepar não pagou nenhuma outra remuneração aos membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, pois os mesmos não ocupam outra função na Sanepar, somente aquela para a qual foram eleitos.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria executiva ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável à Sanepar.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A Sanepar não possui outras informações que julga relevantes.



PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO

DOS LUCROS

EXERCÍCIO: 2012

Demonstrativo da Proposta para Destinação dos Lucros Acumulados do Exercício de 2012 e para Participação nos Resultados

(Em milhares de Reais)

Composição do saldo de Lucros Acumulados	2012
Realização da Reserva de Reavaliação	5.970
Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	4.063
Lucro Líquido do Exercício	335.756
Destinações:	
1. Reserva Legal	(16.788)
2. Dividendos (Juros sobre Capital Próprio)	(158.944)
3. Reserva de Lucro para Plano de Investimentos	(168.978)
4. Reserva de Incentivos Fiscais	(1.079)

1) Reserva legal

Constituída no montante de R\$ 16.788, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

2) Dividendos (Juros sobre Capital Próprio)

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Adicionalmente, a Administração da Companhia propôs a complementação de dividendos a todos os acionistas, sendo que para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído dividendo por ação, 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários, como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei n.º 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, conforme requerido pela

legislação fiscal. Para efeito das demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Líquido, na conta de lucros acumulados.

As propostas para o crédito contábil dos Juros Sobre o Capital Próprio em substituição aos Dividendos Obrigatórios, referente ao exercício de 2012, foram aprovadas na 4ª/2012 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 19 de junho de 2012 e na 13ª/2012 Reunião Extraordinária do Conselho de Ordinária de 18 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2012
Lucro Líquido do Exercício	335.756
Constituição da Reserva Legal	(16.788)
Doações e Subvenções Governamentais	(1.079)
Base de Cálculo para os Dividendos	<u>317.889</u>
Dividendos Estatutários (25%)	79.472
Dividendos Complementares	79.472
Dividendos Propostos (Juros sobre Capital Próprio)	<u><u>158.944</u></u>

A remuneração aos acionistas, sob a forma de juros sobre o capital próprio, imputados aos dividendos, e sob a forma de dividendos complementares, por ação, é a seguinte:

Juros sobre o Capital Próprio	2012
Ações Ordinárias	0,28545
Ações Preferenciais	0,31399
Dividendos Complementares	<u>2012</u>
Ações Ordinárias	0,08722
Ações Preferenciais	0,09594
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos Complementares	<u>2012</u>
Ações Ordinárias	0,37267
Ações Preferenciais	0,40993

3) Reserva para Plano de Investimentos

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$ 168.978 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

4) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$ 1.079, referente a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio.

Participação nos Resultados

A Lei nº 10.101, de 19/12/2000, estabelece a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da Companhia, como instrumento de integração entre o capital e o trabalho e como incentivo à produtividade, nos termos do artigo 7º, inciso XI, da Constituição da República.

Em conformidade com a citada Lei, bem como ao Acordo Coletivo de Trabalho específico e cumpridas integralmente as determinações do Decreto Estadual nº 1.978, de 20/12/2007, a Administração da Companhia propõe a distribuição, referente a participação nos resultados, no montante de R\$ 19.868, a serem pagos aos seus empregados. Esse valor encontra-se provisionado nas Demonstrações Contábeis de 2012.

A Diretoria

SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DOS LUCROS DE 2012
ANEXO 9-1-II
(valores em R\$ mil)

1. Lucro Líquido do exercício encerrado em 31/12/2012:

- 335.756

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- Montante global dos juros sobre o capital próprio em 2012:

- 121.745

- Montante global dos Dividendos em 2012:

- 37.199

- Valor dos juros sobre o capital próprio de 2012 por ação:

- Remuneração bruta por Ação Preferencial R\$ 0,31399
- Remuneração bruta por Ação Ordinária R\$ 0,28545

- Valor dos dividendos de 2012 por ação:

- Remuneração bruta por Ação Preferencial R\$ 0,09594
- Remuneração bruta por Ação Ordinária R\$ 0,08722

- Valor dos juros sobre o capital próprio / dividendos de 2012 por ação:

- Remuneração bruta por Ação Preferencial R\$ 0,40993
- Remuneração bruta por Ação Ordinária R\$ 0,37267

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído aos acionistas referente ao exercício de 2012:

- 47,34%

4. Demonstramos a seguir o montante global e o valor por ação de juros sobre o capital próprio/dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

	2010
Lucro Líquido	135.511
Juros sobre o Capital Próprio / dividendos	37.201
Percentual dos juros sobre o capital próprio / dividendos sobre o lucro líquido	27,45%
Juros sobre o capital próprio / dividendos por Ação Preferencial	R\$ 0,09594
Juros sobre o capital próprio por Ação Ordinária	R\$ 0,08722

	2011
Lucro Líquido	249.170
Juros sobre o Capital Próprio/dividendos	118.550
Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre o lucro líquido	47,58%
Juros sobre o capital próprio/dividendos por Ação Preferencial	R\$ 0,30575
Juros sobre o capital próprio/dividendos por Ação Ordinária	R\$ 0,27796

Nota: Os juros sobre o capital próprio/dividendos dos exercícios de 2010 e 2011 foram pagos em 2011 e 2012, respectivamente, de acordo com a previsão estatutária, ou seja, até 60 (sessenta) dias após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária - AGO.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados:

5.a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

A Companhia declara que na 49ª Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2013, será definida a remuneração dos acionistas e vai propor a ratificação dos valores dos juros sobre o capital próprio já declarados aos seus acionistas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

A Companhia informa ainda que vai propor também a distribuição de dividendos no valor de R\$ 37.199 correspondente a R\$ 0,08722 para as ações ordinárias e R\$ 0,09594 para as ações preferenciais.

5.b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos serão pagos de acordo com o Estatuto Social, em até 60 (sessenta) dias após a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

5.c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável à Sanepar

5.d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Os juros sobre o Capital Próprio, se aprovados na AGO, permanecem como foram registrados contabilmente e serão distribuídos para os acionistas com posição acionária em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2012.

Os dividendos se aprovados serão distribuídos aos acionistas com posição acionária em 25 de abril de 2013.

A partir de 26 de abril de 2013, as ações serão negociadas ex-dividendos sobre o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

6. Apresentamos a seguir a composição dos juros sobre o capital próprio/dividendos referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

6. a. Montante dos juros sobre o capital próprio/dividendos referente a 2012:

- Juros sobre o capital próprio

	30/06/2012	31/12/2012	TOTAL
Juros sobre o capital próprio/dividendos	63.384	58.361	121.745

- Dividendos

	31/12/2012	TOTAL
Dividendos	37.199	37.199

6. b. Data do pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos de 2012:

Informamos que o pagamento dos juros sobre o capital próprio/dividendos do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 ocorrerá em até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária - AGO que será realizada até o dia 30 de abril de 2013.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

7. a. Lucro Líquido do exercício e dos 3 (três) últimos exercícios anteriores:

	2009	2010	2011	2012
	R\$	R\$	R\$	R\$
Lucro Líquido	137.871	135.511	249.170	335.756

7. b. Juros sobre o capital próprio/dividendos do exercício e dos 3 (três) últimos exercícios anteriores:

	2009	2010	2011	2012
Juros sobre o Capital Próprio / dividendos	R\$ 39.013	R\$ 37.201	R\$ 118.550	R\$ 158.944
Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido	28,30%	27,45%	47,58%	47,34%
Juros sobre o capital próprio / dividendos por Ação Preferencial	R\$ 0,1006	R\$ 0,0959	R\$ 0,3058	R\$ 0,4099
Juros sobre o capital próprio por Ação Ordinária	R\$ 0,0915	R\$ 0,0872	R\$ 0,2780	R\$ 0,3727

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:

8. a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Em 2012 a constituição da Reserva Legal foi de R\$ 16.788.

8. b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Reserva Legal é constituída anualmente em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do Lucro Líquido do exercício até atingir 20% do capital social

integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a juros sobre o capital próprio/dividendos fixos ou mínimos:

Não aplicável

10. Com relação aos juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios:

10. a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Com relação aos juros sobre o capital próprio/dividendos, transcrevemos a seguir as partes do Estatuto Social que tratam do assunto:

Art. 17 - Caberá ao Conselho de Administração:

m) deliberar sobre a distribuição de dividendos semestrais, bem como sobre possíveis pagamentos de juros a título de remuneração do capital próprio;

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA POLÍTICA DE DIVIDENDOS.

Art. 26 - O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações contábeis, em acordo com a legislação pertinente.

Art. 27 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda.

Parágrafo único - Os dividendos do exercício só serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, esta na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

Art. 28 - Os acionistas têm direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o disposto no art. 202 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/1976.

Parágrafo único - Por deliberação do Conselho de Administração poderão ser atribuídos juros sobre o capital próprio, conforme

previsto na alínea "m", do art. 17, deste Estatuto, os quais serão obrigatoriamente compensados na distribuição dos dividendos obrigatórios.

Art. 29 - Os dividendos serão pagos dentro do prazo máximo de sessenta dias, a contar da data de realização da Assembleia Geral que autorizar a sua distribuição, ou em conformidade com a deliberação da Assembleia, cabendo à Diretoria, respeitado esse prazo, determinar as épocas, lugares e processos de pagamento.

Parágrafo único - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, reverterão em benefício da Companhia.

10. b. Informar se os juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios estão sendo pagos normalmente:

Informamos que, de acordo com o Estatuto Social, os juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios, estão sendo pagos integralmente.

10. c. Informar o montante eventualmente retido:

Não aplicável

11. Havendo retenção dos juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios devido à situação financeira da Companhia:

Informamos que até a presente data a Sanepar não efetuou retenção de juros sobre o capital próprio/dividendos obrigatórios.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Informamos que nos últimos exercícios a Sanepar não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva para contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

Informamos que nos últimos exercícios a Sanepar não efetuou destinação de resultado para constituição de reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Informamos que nos últimos exercícios a Sanepar não efetuou destinação de resultado para constituição de reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de investimentos:

a. Identificar o montante da retenção para constituição da Reserva para Plano de Investimentos:

A Administração propõe, referente ao exercício encerrado em 31/12/2012, sujeito à posterior aprovação da Assembléia Geral Ordinária, a destinação do montante de R\$ 168.978 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos.

Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

Apresentamos a seguir o resumo do plano de investimentos para os exercícios de 2013, 2014 e 2015.

FONTES DE RECURSOS	2013	2014	2015
Recursos Próprios	R\$ 369.893	R\$ 299.308	R\$ 254.492
Recursos Financiados	R\$ 431.937	R\$ 454.848	R\$ 311.614
Totais	R\$ 801.830	R\$ 754.156	R\$ 566.106

Os recursos financiados são oriundos do BNDES e da Caixa Econômica Federal.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

16. a. Informar o montante destinado a reserva:

Em 2012 a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais foi de R\$ 1.079.

16. b. Explicar a natureza da destinação:

A reserva de Incentivos Fiscais é referente a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Esse valor foi excluído da base de cálculo dos juros sobre o capital próprio.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório Anual de Administração, das Demonstrações Contábeis e da Proposta para Destinação dos Lucros, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 e, baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Administração e no “Relatório” sem ressalvas dos Auditores Independentes, “Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S”, datado de 25 de fevereiro de 2013, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, naquela data e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 05 de março de 2013.

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
Presidente

FÁBIO ANTONIO DALLAZEM
Conselheiro

NEWTON BRANDÃO FERRAZ RAMOS
Conselheiro

IVENS MORETTI PACHECO
Conselheiro

VANDERLEI DOMINGUEZ DA ROSA
Conselheiro

SITEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA PARA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Apresentamos a seguir a proposta para o montante global de remuneração dos Conselheiros e Administradores da Companhia para o exercício de 2013, no valor de R\$ 9.317.427,62 (nove milhões, trezentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos).

Remuneração para Diretores	4.685.384,37
Encargos Sociais	3.410.420,64
Remuneração Conselhos	1.221.622,61
Montante previsto para 2012	9.317.427,62